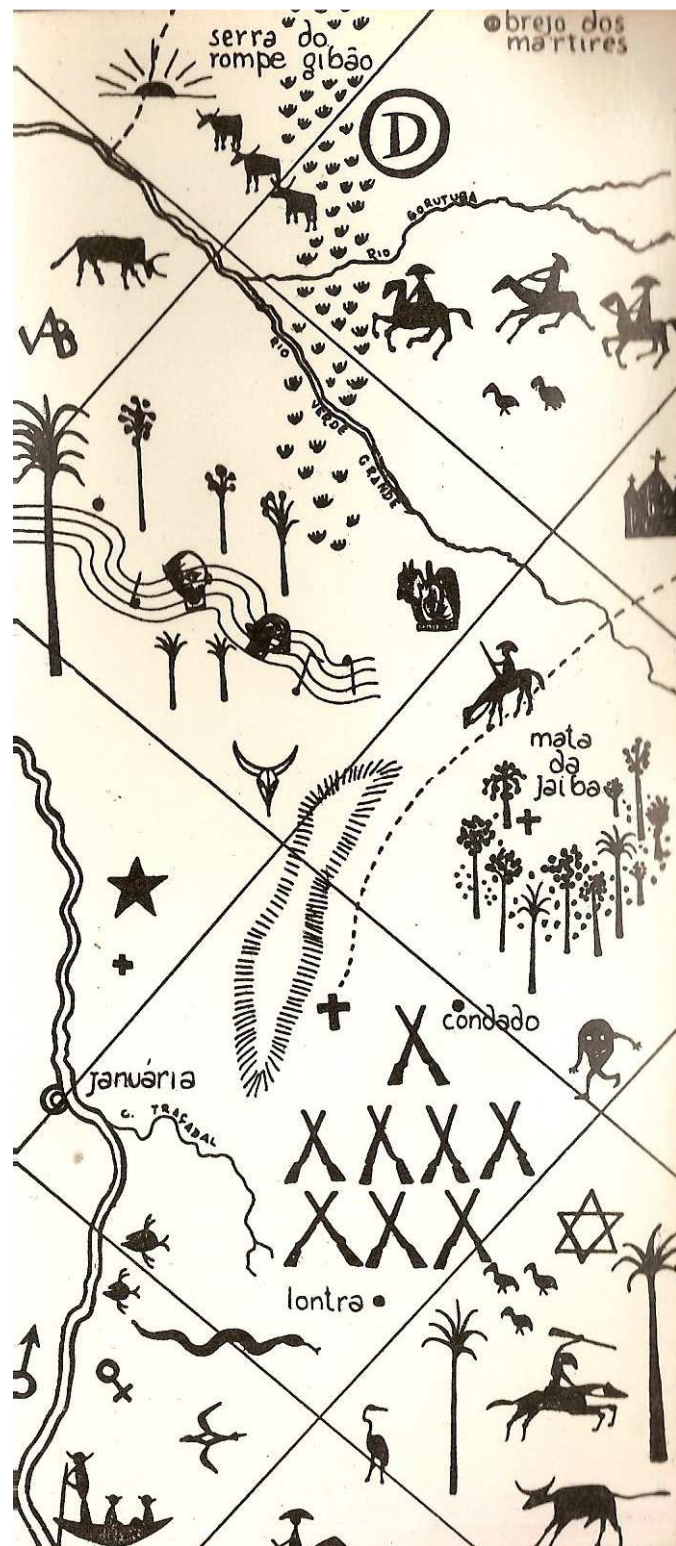


Universidade Federal de Minas Gerais  
Instituto de Geociências  
Programa de Pós-graduação em Geografia  
Mestrado em Geografia

## O Lugar-Sertão: grafias e rasuras

Adriana Ferreira de Melo

Belo Horizonte  
2006



**Adriana Ferreira de Melo**

# ***O Lugar-Sertão: grafias e rasuras***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia, Mestrado em Geografia, do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Organização do Espaço.

Linha de pesquisa: Teoria, Métodos e Linguagens em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Cássio Eduardo Viana Hissa.

**Instituto de Geociências  
Universidade Federal de Minas Gerais  
Belo Horizonte  
2006**

Para Leidimar e Virgínia,

o diálogo secreto das letras de limão a serem expostas ao sol



Agradecimentos especiais a:

Cássio Eduardo Viana Hissa, pela atenção e o carinho com que orientou este trabalho.

Mara Rocha Hissa, pela cuidadosa revisão das normas e preciosas sugestões da estética.

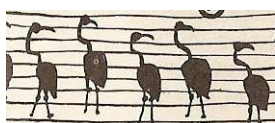
Yollah Pontes da Costa Venites, pela generosidade da escuta freqüente.

Diana Santos, pela cuidadosa revisão do texto, preciosas sugestões e pelo apoio constante.

Maria Paula Borges Berlando, secretária do Programa de Pós-graduação em Geografia do IGC, que, em seu solícito silêncio, tanto diz e faz.

Amigos queridos:

Cleone, Maria Cândida, Andréa, Juliana, Lucas, Lucélio, Jhenifer, Manoela, Maria, Gleiva, Denize, Lenir, Maria José, Lezir, Lélia, Lês-Sandar, Isabela, Nathan, Adalgisa, Sirlei, Luzia, Wanderley, Leila, Regina, Luís, Meire, Marilda, Lucinda, José de Deus, Geraldo, Cristina, Sônia, Paulo, Sérgio, Fernanda, Mateus.



Dissertação intitulada “*O lugar-sertão: grafias e rasuras*”, de autoria da mestranda Adriana Ferreira de Melo, apresentada à banca examinadora, constituída pelos seguintes professores:

---

Professor Dr. Cássio Eduardo Viana Hissa (Orientador) – IGC

---

Professora Dra. Heloisa Soares de Moura Costa – IGC

---

Professora Dra. Sônia Maria de Melo Queiroz – FALE

Belo Horizonte, 18 de setembro de 2006.



“Vou lhe falar. Lhe falo do sertão. Do que não sei. Um grande sertão! Não sei. Ninguém ainda não sabe. Só umas raríssimas pessoas — e só essas poucas veredas, veredzinhas. O que muito lhe agradeço é a sua fineza de atenção.” (Guimarães Rosa, *Grande Sertão: Veredas*).

## RESUMO

Termo recorrente no imaginário da sociedade brasileira, utilizado, no Brasil, desde a chegada dos portugueses, *sertão* continua presente no ideário do País, assumindo tamanha amplitude de significações e territorialidades, nos mais de 500 anos de história do Brasil, que recusa conceituações homogeneizantes e delimitações espaciais precisas. São diversos os sertões construídos, desconstruídos e reconstruídos, ao longo da história, do norte ao sul do País através dos mais diversos tipos de representação: discursos da historiografia, da iconografia, da literatura, das narrativas orais, da música, do cinema e até da cartografia. Tais discursos constituem um rico material para o estudo do sertão e evidenciam o seu caráter espacial migrante e polissêmico. De mata exuberante a deserto, tanto no sentido de área desabitada como árida, de cerrado à caatinga, *sertão* nomeou e nomeia paisagens e espacialidades distintas, assumindo uma diversidade impressionante de imagens, significações. Uma reflexão sobre o sertão como *lugar*, no contato com as representações contidas no romance *Grande Sertão: Veredas*, ensaiando uma abordagem transdisciplinar, contribui para o fortalecimento dos estudos e dos saberes socioespaciais.

Palavras-chave: Sertão; lugar; espaço; literatura; transdisciplinaridade.



## ABSTRACT

A recurring term in the imaginary of Brazilian society, employed in Brazil since the Portuguese arrival, *sertão* (*backland*) remains present in the country ideary, assuming such extent of meanings and territorialities for over 500 years of Brazilian History, that refuses homogenizing conceptions and exact spatial delimitations. There are many *sertões* (*backlands*) framed, unframed and reframed, alongside History, from North to South of the country through various types of representation: discourses from the historiography, iconography, literature, oral narratives, music, film and even cartography. Such discourses constitute a rich material for the study of *sertão* and show clearly its polysemic and migrant spatial feature. From the profuse forest to the desert, from both the sense of uninhabited area and arid area, from *cerrado* to *caatinga*, *sertão* has named and still names distinct landscapings and spatialities, assuming an impressive diversity of images and meanings. A reflection about *sertão* as place, in contact with the representations enclosed in the novel *Grande Sertão: Veredas* (*The Devil to Pay in the Backlands*), attempting a transdisciplinary approach, contributes to the strengthening of the sociospatial studies and knowledge.

Keywords: *sertão* (backland); place; space; literature; transdisciplinarity.



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>1. ESPAÇO E LITERATURA: REPRESENTAÇÕES</b> .....	24
1.1. Imagem, Palavra e Espaço .....	25
1.2. Geografia e Literatura: traduções transdisciplinares .....	31
1.2.1. Fronteira, alteridade e tradução .....	36
1.2.2. A literatura, o espaço .....	47
<b>2. OLHARES SOBRE O ESPAÇO</b> .....	52
2.1. Paisagens e Lugares .....	53
2.1.1. Interseções I .....	56
2.1.2. Paisagens .....	60
2.1.3. Lugares .....	65
2.1.4. Interseções II .....	71
2.2. Os Lugares: grafias e rasuras .....	74
2.2.1. Grafias e rasuras do sertão .....	79
<b>3. IMAGENS DO SERTÃO EM <i>GRANDE SERTÃO: VEREDAS</i></b> .....	86
3.1. Lugar Sertão se Divulga .....	87
3.1.1. do tamanho do mundo .....	101
3.1.2. infinito dentro da gente .....	113
<b>NO MEIO DO REDEMUNHO</b> .....	116
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	122
<b>ÍNDICE DE AUTORES</b> .....	129



# INTRODUÇÃO





## Grafias<sup>1</sup>

Escrever; grafar ou gravar a linguagem nas rochas, no couro, no papel, no corpo, nas mais diversas telas: a necessidade de grafar o mundo, de deixar marcas, inscrições, é tão antiga quanto o homem.<sup>2</sup> O suporte da escrita varia, entretanto, extraordinariamente ao longo do tempo. A escrita atravessa o tempo, imprimindo nos mais diversos suportes. “Grafar” é verbo feito de movimento, travessia, transporte. O traço, o sinal, o símbolo, o desenho, a letra, o objeto atravessam a superfície do suporte, transportam-se e, ali, se imprimem, permanecem, expõem-se. Revelam?

As paredes das cavernas, o pergaminho, o papiro, o papel, a pele, o corpo, desenhos de guerra e paz, a tatuagem, o *piercing*, a tela, cristal líquido, plasma. Grafar o seu mundo, o seu espaço, nos espaços criados e recriados por ele próprio, o homem, sempre foi um hábito, uma necessidade: de dizer, contar, traduzir, representar a sua experiência, reinventar o seu universo. A escrita evoca a palavra oral, o sentimento, o objeto ausentes, ao representá-los, simbolizando, portanto, a

---

<sup>1</sup> A palavra *grafia* e suas derivadas são usadas, neste trabalho, como sinônimo de escrita, representação, discurso e, também, metaforicamente, como escrita (produção) do espaço.

<sup>2</sup> Ao afirmar que a escrita não tem, necessariamente, uma vinculação com a oralidade, Roland Barthes (1987, p. 32) nos lembra da tese de que o homem teria aprendido a ler antes de aprender a escrever. As primeiras marcas vistas pelos homens, os veios das rochas, da madeira, as pegadas dos animais no solo, na neve, teriam sido “lidas”, revelando características dos animais, das rochas, da madeira, e teriam dado origem ao ato da escrita, à necessidade de também fazer marcas, traços, inscrições, gravações. Desse modo, a escrita teria origem no reconhecimento visual da marca e não no fato auditivo.

falta de algo. Paradoxalmente, ao tentar registrar o que vê ou o que sente, o homem acaba por grafar ausências, (re)representações ou re(a)representações do mundo que se apresenta diante dele.

A relação do homem com o mundo é essencialmente simbólica. Linguagem, pensamento, comportamento são alguns fios do imenso tecido de representações no qual o homem é urdido, ao mesmo tempo em que participa, também, de tal urdidura. Como reconhecer, portanto, os rígidos limites edificados pela ciência moderna entre subjetividade e objetividade, representação e “realidade”, arte e vida, narrar e existir? O que é a “realidade” senão a representação do mundo dito real, tal como o podem conceber as mais diversas leituras, os mais diversos olhares e discursos?



## **O lugar-sertão**

Termo recorrente no imaginário da sociedade brasileira, utilizado, no Brasil, desde a chegada dos portugueses, *sertão* continua presente no ideário do País, assumindo tamanha amplitude de significações e territorialidades, nos mais de 500 anos de história do Brasil, que recusa conceituações homogêneas e

delimitações geográficas precisas. São diversos os sertões construídos, desconstruídos e reconstruídos, ao longo da história, do norte ao sul do País através dos mais diversos tipos de representação: discursos da historiografia, da iconografia, da literatura, das narrativas orais, da música, do cinema e até da cartografia.<sup>3</sup>

Desde a época colonial, o sertão vem sendo grafado por diversos historiadores, cronistas, viajantes, naturalistas, pintores, escritores: Frei Vicente do Salvador, Antonil, Vieira Couto, Capistrano de Abreu, Oliveira Vianna, Gilberto Freyre, Nelson Werneck Sodré, Cassiano Ricardo, Sérgio Buarque de Holanda, Auguste de Saint-Hilaire, Debret, Rugendas são apenas alguns exemplos. Na ficção, o sertão está presente desde o Romantismo, nos poemas de Álvares de Azevedo, Junqueira Freire, Castro Alves; na prosa romântica de José de Alencar, Bernardo Guimarães e Visconde de Taunay; na literatura realista de Afonso Arinos, Coelho Neto, Franklin Távora; na literatura pré-modernista de Euclides da Cunha, em *Os Sertões*, na literatura modernista da chamada geração de 1930; na literatura subsequente ao Modernismo, como, por exemplo, a de Guimarães Rosa e a do poeta João Cabral de Melo Neto, em *Morte e Vida Severina*, dentre a de muitos outros. Tais grafias constituem um rico material sobre o sertão e evidenciam o seu caráter espacial migrante e polissêmico.

---

<sup>3</sup> Gilmar Arruda (2000, p. 132-133; 142-143) reproduz mapas elaborados pela Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo em que todo o espaço inexplorado do estado de São Paulo, no início do século XX, aparece nominado como *extremo sertão*.

De mata atlântica a cerrado e caatinga, *sertão* nomeou e nomeia paisagens e espacialidades diversas, assumindo também diversas imagens, significações ao longo do tempo. Sertão ou sertões são feitos de grafias, representações espaciais historicamente construídas.

Para estudar o sertão, é conveniente, portanto, selecionar uma ou algumas representações, de um ou de alguns períodos distintos. A segunda alternativa é, sem dúvida, mais estimulante. Entretanto, demandaria um extenso tempo de pesquisa. A representação selecionada para este estudo é o romance *Grande Sertão: Veredas*, de Guimarães Rosa. Embora toda a obra desse autor se ocupe do sertão, a escolha do romance se justifica pelo fato de ser o mais vasto texto do autor a tratar do assunto. O objetivo deste estudo é refletir sobre o sertão como *lugar*, no contato com as representações contidas no romance *Grande Sertão: Veredas*, ensaiando uma abordagem transdisciplinar.<sup>4</sup> Com esse propósito, reflete-se, também, ainda que

---

<sup>4</sup> A transdisciplinaridade é um conceito que, mesmo já desgastado pelo uso inadvertido, equivocado, se torna importante para o desenvolvimento da pesquisa. Há autores que pensam o conceito quase que o restringindo aos movimentos de contato e de intercâmbio no interior da ciência. As práticas profissionais, acadêmicas, escolares sempre anunciam que se fundamentam na transdisciplinaridade mas, quase sempre, passam à distância do *diálogo com o outro*. Todas as práticas estão, de fato, alicerçadas na própria formação disciplinar que ainda fortalece posturas corporativistas. Uma das referências mais utilizadas para o desenvolvimento das reflexões de caráter transdisciplinar consiste na obra de Edgar Morin (2002). A transdisciplinaridade, para ele, consiste, também, na compreensão da ciência para além das suas fronteiras. No entanto, toda a sua obra focaliza, prioritariamente, as possibilidades de diálogo entre as disciplinas científicas. Félix Guattari (1992) já apresentava o conceito de transdisciplinaridade de um modo bastante próximo daquele trabalhado por Boaventura de Sousa Santos (2004 b, 2005 b) em sua *ecologia de saberes*. Entretanto, tal apresentação não era, ainda, acompanhada de um complexo teórico tal como desenvolvido pelo pensador português. A ecologia de saberes pressupõe contatos e traduções entre saberes hegemônicos (científicos), mas, também, entre saberes hegemônicos e não-hegemônicos (científicos e não-científicos). Nesse sentido, a ecologia de saberes está para além da própria transdisciplinaridade. Entretanto, ao longo do presente texto, para todos os efeitos, utiliza-se a palavra transdisciplinaridade, tal como fez Félix Guattari, no mesmo sentido utilizado por Boaventura de Sousa Santos, ainda que este tenha fundamentado teoricamente a utilização desse conceito.

muito brevemente, sobre os conceitos de *espaço, paisagem e lugar*, categorias socioespaciais que se atravessam.

Produzido e organizado de formas diversas pela sociedade, o espaço estimula, também, portanto, diversos olhares e discursos sobre os seus processos de estruturação. Discursos como o da literatura, por exemplo, ao se ocuparem das representações do espaço, muito podem contribuir para o fortalecimento dos estudos e dos saberes socioespaciais.

A compreensão do espaço, concebido por um imaginário social, demanda uma reflexão sobre suas dimensões simbólica, ideológica, política e cultural. Estudar, portanto, as representações que os homens estabelecem sobre o seu espaço, no discurso literário, é uma maneira de constituir, reconstituir e compreender a cultura de um povo.

Sobre o caráter dos lugares, pode-se dizer que são espaços afetivamente vivenciados ou compartilhados num tempo específico: uma cidade, uma praça uma rua, uma esquina, uma fazenda, um rio, um bar à beira da estrada onde se encontram grupos sociais específicos ou, simplesmente, onde alguém encontra parte da sua história presente e passada, memória dos acontecimentos ali vivenciados. “O lugar pode ser entendido como um centro de significações para a fundação de identidades individuais e coletivas [...] Os lugares são os homens que, aos lugares e a si mesmos, atribuem significados e valores.” (HISSA e MELO, 2004, p. 33).

Qual seria, então, o caráter desse *lugar-sertão*, concebido por Guimarães Rosa, em *Grande Sertão: Veredas*? Que singularidades lhe conferem identidade? Que significados e valores lhe são atribuídos?

Não se trata de elencar descrições de paisagens ou de tentar situar lugares fictícios ou “reais”, mas refletir sobre as representações verbais do espaço e suas múltiplas significações:

O estudo da paisagem e suas representações sob diversas linguagens, relatos, poesias, iconografia etc. é uma fonte de registro dos olhares sobre as práticas e culturas que subvertem a racionalidade científica pelo valor intrínseco da subjetividade que comportam, sem deixar de ser imprescindível para a legibilidade do mundo em qualquer recorte histórico privilegiado. (GOMES, 2001, p. 59).

A paisagem que o escritor constrói é determinada pelo seu olhar e sua experiência do espaço, assim como aquilo que o leitor apreende é, também, resultado do seu olhar e de suas vivências. Nenhum tipo de discurso está isento das inscrições do olhar e das vivências do sujeito que o produz. Os valores simbólicos e subjetivos são, portanto, imprescindíveis para a compreensão do espaço, já que ele é a expressão do sentido que um determinado grupo social confere ao seu meio.

Prática de descrição, a partir da percepção de um determinado olhar, a representação de lugares e paisagens, a representação do espaço é um exercício de produção de sentidos. Mais do que a porção perceptível do espaço, a paisagem é representação, a mediação entre o mundo das coisas e o mundo da subjetividade

humana (BERQUE, 1985), podendo assumir, portanto, diferentes formas e significações, de acordo com o olhar, a emoção, o estado de espírito e a cultura do observador e do interlocutor.

Estudar, na narrativa de *Grande Sertão: Veredas*, as representações da idéia de sertão como lugar contribui de forma significativa para a compreensão da categoria<sup>5</sup> sertão, fundamental na formação do pensamento social brasileiro.



## Rasuras

Os lugares, assim como as paisagens, os territórios, as regiões e o espaço, em geral, não existem em si mesmos, mas apenas como produtos de uma percepção particular e coletiva, de uma história e de uma cultura. O tempo e o espaço são percepções, construções sociais. O sertão é constituído por uma pluralidade de olhares, percepções e interações com o espaço. Visões e vivências do homem *de dentro*, aquele que experimenta a vida do sertão, do homem *de fora*, aquele que carrega em si o sertão, visões do interior dos homens. Olhares e

---

<sup>5</sup> Janaína Amado (1995) considera o sertão como uma *categoria* recorrente no pensamento social brasileiro. No âmbito das ciências sociais, socioespaciais, interessaria a compreensão do *sertão* como uma categoria socioespacial. Categoria mutante, conceito movente, assim como aquilo que busca representar.

discursos sobre os lugares, o espaço resultam nas representações a serem pronunciadas, grafadas e/ou *rasuradas*, ou seja, riscadas, raspadas, ao longo do tempo, para dar lugar a novas representações. O que, aqui, se denomina *rasura* ocorre em função do processo de transformação da paisagem e revela o próprio movimento de transformação da sociedade. Trata-se das alterações físico-sociais que sofrem as paisagens, os lugares, enfim o espaço de modo geral e a idéia que os homens fazem desse espaço.

A construção das representações sobre os lugares, os espaços sofrem constantes e contínuas transformações. Conectados ao mundo — feito de lugares, de cidades e suas redes —, os lugares se transformam como reflexo do próprio dinamismo histórico-social. Grande parte dos espaços denominados *sertão*, nos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX, transformou-se, nos séculos subseqüentes, deixando de ser assim denominados. Outros espaços, entretanto, permanecem, no século XXI, compreendidos como sertões.

Com a transformação da paisagem, a memória da representação anterior, a memória dos lugares, é, constantemente, rasurada, dando legibilidade a uma nova memória, uma nova representação. A imagem do palimpsesto, utilizada com tanta freqüência<sup>6</sup> por críticos literários, semiólogos, geógrafos, dentre muitos outros estudiosos, serve-nos, aqui, mais uma vez, para a compreensão dos movimentos

---

<sup>6</sup> David Harvey (1992) na compreensão da cidade contemporânea, Gerard Genette (2005), na elaboração da idéia de transtextualidade, Milton Santos (1997), na construção do conceito de paisagem, dentre outros estudiosos.

de transformação dos espaços em que se desenvolvem as relações sociais, espaços em que se desenvolve a vida dos homens. O espaço é construído através das várias representações que a ação e o imaginário dos homens vão estabelecendo ao longo do tempo. Grafias, discursos sobre o espaço evidenciam as significações que um determinado grupo social confere ao seu meio num determinado momento. Assim como são inscritas, num dado momento, tais grafias são suscetíveis a rasuras, num outro momento. São riscadas ou raspadas para dar lugar a novas grafias sobre a superfície-espaço. Tal como num palimpsesto, entretanto, a imagem da rasura, da raspagem não deve ser entendida, como supressão completa da representação anterior. Na rasura, permanecem alguns traços de origem, grafias e grafemas<sup>7</sup> do passado que se misturam às grafias do presente e se atravessam, embora quase que totalmente cobertas pelas novas grafias. Refletir sobre os processos de transformação das representações dos lugares — grafias e rasuras — é imprescindível para a compreensão de sua identidade.

Sertão é espaço migrante<sup>8</sup>, polimorfo, plural, mutante, carregado de diversidade, ambiente da vida, do cotidiano de determinadas comunidades. Lugar que reúne as condições para que uma identidade individual e coletiva seja construída e mantida. Compreender esse lugar migrante através de uma reflexão sobre como a idéia de sertão é grafada no romance *Grande Sertão: Veredas* e que

---

<sup>7</sup> “Unidade de um sistema de escrita que, na escrita alfabética, corresponde às letras (e também a outros sinais distintivos, como o hífen, o til, sinais de pontuação, os números etc.)”, como define Houaiss, a palavra é utilizada, aqui, como sinônimo de *traços, sinais, fragmentos de letras obliteradas*.

<sup>8</sup> A idéia de *sertão* como espaço migrante, que pode causar estranheza, é explicitada no segundo capítulo.

singularidades conferem sua identidade é o objetivo geral desta pesquisa. A esse, outros, indiretamente, se somam: refletir sobre as relações entre ciência e arte e sobre os conceitos de espaço, paisagem e lugar, ensaiando uma abordagem transdisciplinar.



### **Sobre como grafar esses discursos**

A idéia de conduzir os negócios da ciência com o auxílio de um método que encerre princípios firmes, imutáveis e incondicionalmente obrigatórios vê-se diante de considerável dificuldade, quando posta em contato com os resultados da pesquisa histórica. Verificamos, fazendo um confronto, que não há uma só regra, embora plausível e bem fundamentada na epistemologia, que deixe de ser violada em algum momento. Torna-se claro que tais violações não são eventos acidentais, não são o resultado de conhecimento insuficiente ou de desatenção que poderia ter sido evitada. Percebemos, ao contrário, que as violações são necessárias para o progresso. (Paul Feyerabend).

As palavras *método* e *metodologia* carregam uma significação construída por uma tradição científica que exige a definição clara dos procedimentos para se atingir os objetivos de uma pesquisa. A metodologia: grosso modo, o conjunto de métodos a serem adotados para esse fim. Os métodos: os procedimentos específicos para se atingir uma meta, um objetivo. A palavra metodologia formou-

se da junção *método* + *logia*. Método, por sua vez, vem de *met(a)*: estar no meio de, entre, e *odo*: caminho, estrada, senda.

Para que seja considerado científico, um trabalho não pode prescindir da definição precisa dos métodos. Entretanto, o que são os métodos, senão os caminhos, os critérios a serem escolhidos pelos pesquisadores, pelos cientistas, pelos artistas na produção do conhecimento? Não há produção de conhecimento sem o estabelecimento de critérios, caminhos, trajetórias, para a sua realização, ainda que tais critérios sejam, freqüentemente, reformulados ao longo da produção, fato fundamental para garantir a qualidade de uma pesquisa ou de uma obra de arte. Desse modo, pode-se dizer que tanto a ciência quanto a arte fazem uso de metodologias, embora, comumente, se possa pensar que apenas da primeira sejam exigidos rigor e precisão na definição dos métodos. No rigor e na precisão do método científico estariam a objetividade, a verdade e a ordem, almejadas pela ciência moderna. Como se o rigor e a precisão pudessem excluir a subjetividade, a imaginação, a inventividade, idéias tradicionalmente associadas à desordem, ao caos e à arte. Como se a arte, com sua liberdade criadora, dispensasse o rigor e a precisão.

Indispensável na sistematização das idéias, o método, entendido em sentido amplo, serve tanto à elaboração da pesquisa científica quanto à criação artística. À pesquisa dita científica, falta freqüentemente, entretanto, a adoção de metodologias mais flexíveis, que permitam mais intensamente a incorporação do

potencial criativo dos pesquisadores e dos caminhos alternativos escolhidos por eles:

A busca de precisão e a liberdade não são excludentes, como pode ser sugerido por referências mais conservadoras. Imagina-se que o método de investigação científico seja sistemático o suficiente para a construção crítica — a leitura das coisas e do seres —, mas suficientemente livre para estimular o espírito criativo do sujeito. (HISSA, 2002, p. 166).

Ao excluïrem a subjetividade, a imaginação e, por extensão, a criatividade e a liberdade, em sua obstinada busca de isenção e objetividade, as concepções convencionais de método e metodologia do trabalho científico limitam o conhecimento ao *imediat* (LEFEBVRE, 1991, p. 216), à aparência dos seres e das coisas, numa leitura epidérmica e fragmentada, incapaz de reconhecer a complexidade do mundo.

O imediato é a manifestação da essência dos seres e das coisas, parte de um todo indissociável. Utilizando os conceitos de Henri Lefebvre, numa analogia, pode-se dizer que, assim como *imediat* e *essência* são indissociáveis, representação e “realidade” também o são. Feita dos olhos dos homens, das leituras que os homens fazem do mundo, o que é a realidade, senão o que se apresenta e se representa, através da linguagem, diante dos olhos? A linguagem: múltiplas possibilidades de construção de imagens, leituras, representação do que se denomina real.

A partir dessas reflexões, algumas perguntas podem ser encaminhadas: o que invalidaria o desenvolvimento do contato entre os saberes científicos e o saber

literário? O que invalidaria a ocupação das zonas de contato, tal como as define Boaventura de Sousa Santos (2005 b) ou os espaços de fronteira entre os saberes, tais como discutidos por Cássio Eduardo Viana Hissa (2002), para que possam ser ampliadas as possibilidades de construção de linguagens que dialogam, de discursos que se comunicam e, assim, por tal razão, se fortalecem?

De natureza essencialmente teórica, epistemológica e bibliográfica, esta pesquisa consiste em refletir sobre a idéia de sertão como *lugar*, no contato com o discurso literário do romance *Grande Sertão: Veredas*, de Guimarães Rosa. O texto é dividido em três capítulos. O primeiro trata das relações entre ciência e arte e, mais especificamente, entre geografia e literatura. O segundo procura refletir sobre as categorias socioespaciais *espaço*, *paisagem* e *lugar*. E o terceiro capítulo trata das imagens do sertão no romance *Grande Sertão: Veredas*.



## 1. ESPAÇO E LITERATURA: REPRESENTAÇÕES



## 1.1. Imagem, Palavra e Espaço

A imagem no princípio, o diabo no meio do redemoinho, o verbo-imagem. Muito antes do surgimento da palavra, o homem se expressou através da imagem: traços, sinais, linhas, desenhos nas paredes das cavernas. A escrita desses traços, sinais, desenhos teria sido motivada pela observação/leitura feita pelos homens das marcas e sinais gravados no seu espaço: os traços das constelações, os veios das rochas, da madeira, os rastros de animais que, dentre outras características, indicavam a sua espécie. Para Roland Barthes, a tese, aparentemente paradoxal, de que o homem teria aprendido a ler antes de escrever importa menos como informação cronológica do que como evidência de uma sociedade que estruturou a sua escrita e se estruturou a partir do visual e não do oral. Para o autor, “[...] a escrita é uma estrutura autônoma que, no decorrer dos séculos, foi preenchida com a palavra; a escrita é uma estrutura que pouco a pouco se fonetizou.” (BARTHES, 1987, p. 38).

Como conceber, entretanto, a imagem destituída do verbo? Como conceber a imagem destituída do pensamento, da imaginação? O pensamento, a imaginação são feitos, simultaneamente, da imagem e do verbo. O verbo também não pode ser concebido sem a imagem. Para Lúcia Santaella e Winfried Nöth (2001, p. 15), o mundo das imagens apresenta dois domínios: o das representações visuais (desenhos, pinturas, gravuras, fotografias etc.) e o das mentais. Esses domínios são

unificados, segundo os autores, pelos conceitos de signo e representação. O signo lingüístico é constituído do conceito (idéia) que se tem de alguma coisa e de sua imagem acústica, que “[...] não é o som material, coisa puramente física, mas a impressão (*empreinte*) psíquica desse som, a representação que dele nos dá o testemunho de nossos sentidos;” (SAUSSURE, 1988, p. 80). Uma vez que representa as coisas, o signo é, freqüentemente, utilizado como sinônimo de representação. Segundo Lúcia Santaella e Winfried Nöth,

Representação, na fase tardia de Pierce, é o processo da apresentação de um objeto a um intérprete de um signo ou a relação entre o signo e o objeto: “Eu restrinjo a palavra representação à operação do signo ou sua relação com o objeto para o intérprete da representação.” A fim de delimitar os conceitos de representação e signo, ele introduz o termo *representamem* para o veículo do signo: “Quando é desejável distinguir entre aquilo que representa e o ato ou relação de representar, o primeiro pode ser chamado ‘representamem’, o último de representação”. Nesse contexto, Pierce define representar como “estar para, quer dizer, algo está numa relação tal com um outro que, para certos propósitos, ele é tratado por uma mente como se fosse aquele outro. Como exemplos para esse processo ou até essa “ação” de representar Pierce cita: “Uma palavra representa algo para a concepção na mente do ouvinte, um retrato representa a pessoa para quem se dirige a concepção de reconhecimento, um catavento representa a direção do vento para a concepção daquele que o entende, um advogado representa seu cliente para o juiz e júri que ele influencia. (SANTAELLA e NÖTH, 2001, p. 17).

As representações não são compreendidas como mimese do que se diz ser a realidade (como se houvesse uma realidade alheia à representação), mas como múltiplas possibilidades de construção de imagens, leituras do mundo denominado real, sistemas de significações produzidos pelos homens e suas formas de olhar, ver, imaginar e grafar o espaço em que vivem. As noções de

realidade são construídas através das representações verbais ou visuais sobre o “real” num determinado momento. As representações verbais assim como as visuais são feitas de imagens e essas, por sua vez, se fazem do signo lingüístico, do verbo.

Sem o verbo, não há imagem. É o verbo que concede significação à imagem. Do mesmo modo, pode-se dizer que é a imagem que concede existência e significação ao verbo. Sem a imagem, o verbo é apenas ruído, profusão de sons incompreensíveis. Palavra e imagem se entrelaçam, portanto, constituindo uma só matéria, a linguagem: diversas formas de representação do mundo que se apresenta diante dos nossos olhos: a pintura, o desenho, a gravura, a escultura, os textos considerados científicos, informativos, os diversos tipos de textos literários, dentre muitas outras linguagens.

Os olhos: um dos instrumentos da visão, processo complexo. No âmbito da física, ele resultaria “[...] de três operações distintas (e sucessivas): operações ópticas, químicas e nervosas.” (AUMONT, 2002, p. 18). Vê-se, portanto, de forma indireta, através dos olhos, espelhos que refletem imagens de luzes, sombras, cores, formas, contornos, preenchidos, ainda, por um outro olhar, o do *terceiro olho* (MERLEAU-PONTY, 1969, p. 42), domínio das imagens interiores, da imaginação. Italo Calvino (2003, p. 17) nos lembra que Perseu vence a figura monstruosa da Medusa, contemplando-a no espelho: “[...] é sempre na recusa da visão direta que reside a força de Perseu, mas não na recusa da realidade do mundo de monstros

entre os quais estava destinado a viver, uma realidade que ele traz consigo e assume como um fardo pessoal.” Recusar a visão direta é recusar a certeza, a convicção, a fixidez ou a imobilidade dos sentidos. Para Diana Santos:

[...] partindo dos textos do próprio Calvino, é possível apontar um outro movimento para a escritura: aquele que se situa na vertigem do olhar. [...] O senhor Palomar, personagem em busca de harmonia em meio a um mundo inteiramente dilemático e destoante, esforça-se para localizar os astros, de acordo com as explicações do mapa. Mas o seu olhar, deslizando entre as estrelas e o mapa, não se fixa nem no objeto, nem na sua representação. Palomar, empenhado em “fazer a ponte entre o que a superfície revela aos sentidos e todo o complexo aparelho de apreensão, compreensão e comunicação que é a linguagem”, quanto mais observa, mais vê o seu objeto de contemplação mostrar-se irrelatável, mais se sente impossibilitado de atravessar o limiar que conduz à necessidade de dar forma ao pensamento, já que o desejo de mapeamento acaba destoando da relação direta com aquilo que se vê. (SANTOS, 2002, p. 125).

A “realidade” é feita da imagem, que não pode ser processada de forma direta, objetiva, já que é reflexo do verbo e da imaginação. Mediada pelos olhos do sujeito que olha e vê, a “realidade” é, pois, produto da subjetividade, imagem também do interior dos homens. A “realidade” é feita de discursos sobre o que se denomina realidade:

Seja como for, todas as “realidades” e as “fantasias” só podem tomar forma através da escrita, na qual exterioridade e interioridade, mundo e ego, experiência e fantasia aparecem compostos pela mesma matéria verbal; as visões polimorfos obtidas através dos olhos e da alma encontram-se contidas nas linhas uniformes de caracteres minúsculos ou maiúsculos, de pontos, vírgulas, de parênteses; páginas inteiras de sinais alinhavados, encostados uns aos outros como grãos de areia, representando o espetáculo variegado do mundo numa superfície sempre igual e sempre diversa, como as dunas impelidas pelo vento no deserto. (CALVINO, 2003, p. 114).

Paul Claval (1999) acrescenta que os homens não agem em função do “real”, mas em razão da imagem que fazem dele. A imagem que os homens fazem do mundo, através dos mais diversos tipos de discurso, pode ser entendida como uma tradução, uma leitura ou uma escritura, feitas do sujeito, da língua, da cultura, elementos que constituem a linguagem e seu universo simbólico.

Entende-se por discurso,

[...] um fato social que liga dois atores historicamente determinados e refere-se a situações localizáveis e datáveis. No discurso, os signos não têm um significado fixo, mas significações possíveis. Dependerão, no fundamental, da relação que se estabeleça entre os parceiros do discurso. (RIBEIRO, 1990, *apud* BASTOS, 1998, p. 56).

É da interação autor e leitor, parceiros do discurso, que emergem, em qualquer tipo de texto, científico ou literário, as significações possíveis. O autor e o leitor produzem significações diversas de um mesmo texto, cada um a partir de suas vivências, experiências pessoais e dos valores socioculturais que influenciam as mentalidades de cada época. Intérpretes do mundo, autor e leitor, inevitavelmente, procedem a uma espécie de seleção, de acordo com seu olhar, dos elementos que irão produzir as significações no universo de significações possíveis veiculadas pelo texto, pela linguagem. Trata-se de um processo simultâneo: a espontânea “seleção” já é a produção de sentidos.

Não há, portanto, qualquer possibilidade de imparcialidade (desejo presente, sobretudo, no discurso da ciência moderna) em qualquer tipo de

discurso, já que a produção de sentidos se dá por uma espécie de processo seletivo no qual está sempre presente a imaginação. Além disso, a imparcialidade pressupõe a supressão ou o controle da posição social, política, cultural do sujeito do discurso. A imparcialidade pressupõe a supressão do sujeito.

O texto literário é um modo de discursar sobre o “real”, tanto quanto o é o texto científico. Em ambos, a metáfora está, invariavelmente, presente. Conceitos são metáforas das quais se serve a ciência para construir o seu discurso. Uma ciência que pretende se reinventar (para que seja saber) a partir de outros paradigmas que, diferentemente do moderno, permitiriam a realização de trocas com os demais saberes, deve ser tão receptiva às metáforas quanto a literatura.

Os limites entre “real” e fictício, objetividade e subjetividade são frágeis porque “real” e fictício, objetividade e subjetividade são, necessariamente, atravessados pelo imaginário. Concebido por um imaginário social, o espaço, veiculado por qualquer tipo de discurso, demanda uma reflexão sobre suas dimensões simbólica, ideológica, política, cultural. Tal reflexão deve levar em conta, necessariamente, as questões estéticas e sociais. Assim é que o discurso literário, com sua riqueza estética e simbólica, não poderá, como freqüentemente é, sob os paradigmas mais conservadores da modernidade, ser tomado como fantasioso. Ele é ficcional porque não retrata *a realidade tal como ela é?* Do que se trata isso, *a realidade tal como ela é?* Mesmo quando lida pelos sujeitos da ciência,

sempre sujeitos do mundo, a realidade é a subjetiva representação originária dos olhos (da visão) desses mesmos sujeitos.

Espaços *ditos* reais e fictícios se atravessam, necessariamente, ambos produtos das relações tecidas entre os homens, a sua linguagem, o meio em que vivem e as sensações experimentadas por essas relações. Pode-se mesmo dizer que, sendo produto da representação, dos *olhos feitos do mundo*, dos *sujeitos dos lugares*, o real é fictício. O estudo do imaginário espacial presente no discurso literário enriquece, portanto, a reflexão sobre os vários estilos de vida que se desenvolvem sobre os territórios, os lugares, sobre sua gênese e seus movimentos.



## 1.2. Geografia e Literatura: traduções transdisciplinares

Presente nos mais diversos tipos de discursos (científico, filosófico, literário, popular), o espaço em que vive o homem é complexo e demanda, por isso, a abordagem de disciplinas ou ciências diversas. Tal demanda faz reanimar o discurso histórico da geografia, ciência a qual se atribui, como objeto de estudo, o espaço: a pretensão de ser uma ciência de síntese, ou seja,

[...] capaz de interpretar os fenômenos que ocorrem sobre a face da terra, com a ajuda de um instrumental proveniente de uma multiplicidade de ramos do saber científico, tanto no âmbito das disciplinas naturais e exatas, quanto no das disciplinas sociais e humanas. (SANTOS, 2002 b, p. 125).

Milton Santos (2002 b, p. 126) nos lembra, entretanto, que “[...] todas as ciências são de síntese ou simplesmente não são ciências.” Há sempre a necessidade de uma disciplina auxiliar a outra no enfrentamento das mais diversas questões da sociedade contemporânea. Entretanto, mesmo ao se considerar a possibilidade de ajuda entre elas, de modo a compreender melhor os objetos dos quais se ocupam, ainda assim lhes faltaria algo diante da complexidade desses objetos ou da complexidade advinda da impossibilidade de tratarem um objeto único ou definido, passível de ser delimitado. Edgar Morin (2003 a, p. 71) nos alerta para a necessidade de um pensamento complexo cujo propósito “[...] é, ao mesmo tempo, o de reunir (contextualizar e globalizar) e de ressaltar o desafio da incerteza.” Falta às ciências a incorporação do simbólico, da subjetividade, da imaginação, da criatividade, da liberdade, da leveza e da poesia, elementos que podem ser oferecidos pelas artes e pelos saberes populares.

Depois de séculos de existência sob o paradigma da modernidade, o discurso científico — parcelado, compartimentado e pretensamente objetivo — padece da falta de contextualização e aponta para a necessidade da reintegração dos saberes:

A Geografia, sobretudo nas últimas décadas, reforça a condição de disciplina para a qual convergem temas de natureza supostamente “não-geográficos.” A disciplina, portanto, reforça a sua condição de espaço multidisciplinar do saber. Nesse contexto, o contato da Geografia com outras áreas de conhecimento [...] é visto de maneira positiva. Evitam-se abordagens isoladas, fragmentadas e compartimentadas. Contudo, contraditoriamente, persiste a necessidade de se demarcar fronteiras no que se refere ao objeto de estudo geográfico. Por mais que sejam considerados vantajosos a abordagem interdisciplinar e o contato entre diferentes disciplinas, é insistente a idéia de que a Geografia deve apresentar as suas especificidades [...] (ROCHA, *apud* HISSA, 2002, p. 221).

A busca de especificidades e limites rígidos para qualquer disciplina aponta, entretanto, para o velho projeto segregador da modernidade, suficientemente exercitado pelas ciências para revelar o seu fracasso na apreensão da complexidade do mundo. A necessidade de contato entre as disciplinas permanece, desse modo, como desejo irrealizado, na medida em que os limites entre as disciplinas permanecem intactos, guardando cada uma, em seu território fortemente demarcado, a ilusão do seu nítido objeto de estudo. Trata-se do exercício da interdisciplinaridade, cujo nome já revela claramente a sua natureza disciplinar, ordenada, delimitada e pronta, portanto, a estar, na sua inteireza, *entre* outras disciplinas, reafirmando, desse modo, os mesmos limites e as mesmas especificidades que pretendem dar conta da “realidade”:

Sabemos cada vez mais que as disciplinas se fecham e não se comunicam umas com as outras. Os fenômenos são cada vez mais fragmentados, e não se consegue conceber a sua unidade. É por isso que se diz cada vez mais: “Façamos interdisciplinaridade.” Mas a interdisciplinaridade controla tanto as disciplinas como a ONU controla as nações. Cada disciplina pretende primeiro fazer reconhecer sua soberania territorial, e

à custa de algumas magras trocas, as fronteiras confirmam-se em vez de desmoronar. (MORIN, 2002, p. 135).

Cássio Eduardo Viana Hissa e Lúcia Gerardi reforçam:

O projeto interdisciplinar é a manifestação do desejo de integração entre diversas áreas do conhecimento. Contudo, a interdisciplinaridade jamais se realiza como integração pelo motivo de que se faz sob a ordem da própria disciplina. A disciplina, contraditoriamente, é a referência do projeto interdisciplinar. A disciplina e a ordem da disciplina são, desse modo, os próprios limites da ansiedade interdisciplinar jamais solucionada. (HISSA e GERARDI, 2001, p. 8).

Ao estabelecer ordens, classificações, fragmentações, subdivisões, a ciência moderna acabou por engendrar uma crise evidenciada pela sua incapacidade de lidar com a complexidade do mundo. Diferentemente da arte, a ciência experimentou poucas rupturas de paradigma. Da ciência aristotélica, da antiguidade clássica, à ciência moderna, do século XVI, assistimos à resistência a uma nova ruptura, evidenciada pela permanência, até os nossos dias, do adjetivo *moderna* e dos ideais que lhe são próprios: a dicotomia sujeito/objeto do conhecimento, por exemplo, potencializada, no século XIX, pelo nascimento das ciências compartimentadas em campos disciplinares específicos. Tal dicotomia é justificada a partir da ilusão da neutralidade e da objetividade, condições, segundo o paradigma dominante, para que a ciência se constitua como tal. Como se fosse possível extrair o sujeito e a subjetividade da linguagem e da língua, através das quais se fazem, também, as ciências. Como se fosse possível praticar uma

linguagem refratária à imaginação, à subjetividade e à ambigüidade, elementos que se restringiriam ao domínio das artes.

Da diáspora do sujeito, ideal positivista da ciência — marcada pela obsessiva busca da razão e pela negação da subjetividade, da emoção, do sonho e da poesia — nasce a crise da ciência moderna. Ciência perplexa diante da dificuldade de lidar com a complexidade dos problemas que se lhe apresentam. Crise perturbadora em suas desafiantes condições de superação. Nasce assim, também, finalmente, a urgência de novas rupturas e transformações que culminam na reflexão sobre a necessidade de transpor os limites entre as disciplinas científicas e também entre essas e as artes e os saberes populares.

Nessa reflexão, o sujeito é convidado a retornar de seu involuntário exílio, reconhecido como indissociável do objeto. Revela-se, então, não um sujeito apenas, mas os vários sujeitos cujas vozes foram silenciadas pela ciência moderna e a forma de conhecimento que ela legitimou: *o conhecimento-regulação*. (SANTOS, 2005 a). Ao pensar a condição humana sob as referências da razão, a ciência moderna elegeu a razão de uma só classe social, de só uma etnia, de um só gênero, de um só sujeito, silenciando outros sujeitos e suas formas de saber. Os saberes populares, tradicionais, provenientes de comunidades rurais, indígenas, africanas e de todos os povos vítimas da colonização, considerados não científicos, foram relegados ao silêncio. A literatura e as artes, de modo geral, separadas da filosofia

e da ciência, no século XIX, também foram desautorizadas a participar do conhecimento científico, erigido sob a égide da dicotomia real/fictício.

A desejada reintegração dos saberes pressupõe, portanto, o encontro e o diálogo com o *outro*, até então excluído do processo de produção do conhecimento. Para Boaventura de Sousa Santos (2005 a, p. 27), “[...] mais do que uma teoria comum, do que necessitamos é de uma teoria da tradução que torne as diferentes lutas inteligíveis e permita aos atores coletivos ‘conversarem’ sobre as opressões a que resistem e as aspirações que os animam.” Tal encontro só pode se realizar, de fato, portanto, a partir de uma linguagem que torne inteligíveis as diferentes vozes dos diferentes sujeitos postos em contato na busca de um conhecimento não mais *regulação*, mas *emancipação*. (SANTOS, 2005 a). O grande desafio desse encontro é operacionalizar tal linguagem sem que ela mantenha o discurso hegemônico segregador presente na própria imagem da tradução, que pressupõe um sujeito tradutor e um sujeito traduzido.



### 1.2.1. Fronteira, alteridade e tradução

A fronteira, área imaginária concebida para separar dois espaços ou universos interpretados como distintos, evoca, num primeiro momento, a imagem

do mundo segregador das dicotomias, do poder, do território e da identidade. Isso porque traz em si o limite, “[...] linha abstrata, fina o suficiente para ser incorporada pela fronteira.” (HISSA, 2002, p. 34). Há sempre um limite que adere à fronteira. É o limite que separa, demarca os territórios e o que se determina que componha as suas distintas identidades, o seu domínio de poder, de posse, propriedade.

O espaço entre as nações, as ciências, os sentimentos é separado pelos limites presentes na fronteira, criação dos seres, não apenas para delimitar o seu espaço de poder, mas também para conceder significação ao seu mundo: no caso dos homens, bem e mal, amor e ódio são, freqüentemente, concebidos de forma separada. Evidentemente, na produção do significado das coisas, dos conceitos poder e valoração também estão incluídos.

Para além da imagem da segregação, forjada pelos limites contidos na fronteira, entretanto, a fronteira pode fornecer uma outra imagem: pequeno espaço forjado num mundo que também pode ser interpretado como contíguo, a fronteira é feita de um tecido intersticial e, conseqüentemente, da mistura daquilo que, apenas aparentemente, é heterogêneo. Cássio Eduardo Viana Hissa nos fala da natureza ambígua das fronteiras:

[...] a fronteira é demarcação imprecisa, vaga. Longe do núcleo, de costas para o território que em princípio lhe diz respeito, a fronteira é lugar pulverizado que se questiona mesmo com seus arquitetos e guardiões. O que deveria ser demarcação perceptível mostra-se espaço de transição, lugar de interpenetrações, campo aberto de interseções. O que foi

concebido para conter transforma o conteúdo em espaço ilimitado, incontido. Para além da linha que demarca é exatamente a fronteira que explicita a amplitude ou a complexidade do que não foi arquitetado para ser contido ou confinado. O que foi concebido para pôr fim, para delimitar territórios com precisão como se fosse uma linha divisória, espraia-se em uma zona de interface e de transição entre dois mundos tomados como distintos. (HISSA, 2002, p. 35-36).

Enquanto o limite separa, a fronteira é abertura, extensão do limite, espaço potencial de atravessamentos. O limite, linha imaginária que adere à fronteira, evoca, necessariamente, a questão da alteridade. Nesse complexo espaço concebido para separar mundos distintos, nesse denso e, ao mesmo tempo, evanescente tecido, quem é o *outro*, o diferente? A fronteira, esse instigante espaço criado pelos homens, parece conduzir a reflexão às lógicas feitas da contradição, do paradoxo e da incerteza, tão caras à compreensão do homem e da sua existência.

Concebida para demarcar fim e início, a fronteira, guardando em si o limite, seria o lugar do confronto e, simultaneamente, do encontro com o *outro*, diferente, negado. Entretanto, como é espaço de abertura, transição, a fronteira pode ser compreendida como lugar em que *eu* e *outro* se misturam. Paradoxalmente, pode-se afirmar, então, que é na fronteira que o *outro* tem lugar, na medida em que é reconhecido como parte intrínseca do *eu*. Na medida em que tem lugar, o *outro* deixa ser *outro*, no sentido de ser negado por ser diferente. Nesses termos, a fronteira seria o lugar, não das dicotomias, das fraturas, das fragmentações, mas do paradoxo, da complexidade, da possibilidade do encontro e do diálogo com o

*outro*, daquilo que é *tecido junto* (MORIN, 2003 b): continuidade e ruptura, contato e distância, *eu e outro*.

A mesma imagem que fraciona, a imagem das fronteiras erigidas pela modernidade, entre as ciências, as artes, os saberes populares, serve ao pensamento que pretende (re)unir, (re)integrar, (re)conduzir o *outro*, silenciado, excluído do processo de produção do conhecimento. O movimento em busca da reintegração dos saberes, freqüentemente denominado *transdisciplinar*, aponta para a *desordem* da ciência moderna, que desautorizou os saberes populares e todo conhecimento considerado por ela não científico, todo conhecimento destituído de uma razão refratária à emoção. Como se pudesse haver razão destituída de emoção.

A palavra *transdisciplinaridade* parece não dar conta, entretanto, de expressar a proposta de reintegração dos saberes. Não se trata de pôr em contato, apenas, as várias disciplinas ou os diversos tipos de saberes sobre determinado assunto, como sugere o vocábulo, mas de fomentar uma nova concepção de saber que se constrói do encontro e do diálogo entre saberes: ciências, artes, senso comum. A uma nova concepção de saber que pressupõe contatos e traduções entre saberes hegemônicos (científicos) e, também, entre saberes hegemônicos e não-hegemônicos (científicos e não-científicos), Boaventura de Sousa Santos denomina *ecologia dos saberes*. A ecologia de saberes

[...] consiste na promoção de diálogos entre o saber científico ou humanístico, que a universidade produz, e saberes leigos, populares, tradicionais, urbanos, camponeses, provindos de culturas não ocidentais (indígenas, de origem africana, oriental etc.) que circulam na sociedade. (SANTOS, 2004 a, p. 76).

De muro de exclusão ao lugar do acolhimento da diferença e da possibilidade de encontro e diálogo, a fronteira, ao confrontar realidades territorializadas como distintas, termina por demandar estratégias de tradução. A tradução não deve ser entendida, entretanto, como transformação do *outro* no mesmo, processo que eliminaria o *outro* e reafirmaria os discursos hegemônicos que silenciaram e marginalizaram todo conhecimento considerado não-científico. Não se trata de traduzir a diferença em semelhança ao modelo dominante ou de traduzir o *outro* em *eu*, transposição fundada em um conceito equivocado de tradução. Ao contrário, a tradução como operadora da transformação e da integração dos saberes viabilizaria a escuta e a compreensão das diferentes vozes portadoras dos mais diversos saberes sem que haja imposição de uma voz sobre outra. Sem que haja hierarquização, dominação, colonização, num processo em que tanto o *eu* quanto o *outro* são traduzidos, na produção de uma nova concepção de saber. É preciso, pois, refletir sobre o conceito de tradução.

Traduzir, em sentido amplo, é tornar uma idéia inteligível a alguém ou a uma cultura, através de palavras oralizadas, grafadas ou, ainda, através de gestos, expressões, sinais, imagens. É desse modo que todo procedimento de linguagem pode ser entendido como tradução, conforme reivindica Octavio Paz no texto

*Traducción: literatura e literalidad*: “Aprender a falar é aprender a traduzir.” (PAZ, 1990, p. 9, tradução da autora). Entretanto, quando se pensa em um texto que privilegia ou valoriza intensamente o significante, a inteligibilidade perde um pouco o seu terreno ou, dissociada do valor do significante, perde a razão de ser e a tradução ganha contornos de uma complexidade inextrincável.

Traduzir um texto poético seria, então, produzir sentidos muito além do sentido, ou seja, produzir também, na construção do sentido, significantes que dialoguem com o texto de partida. Octavio Paz afirma que “[...] o ideal da tradução poética [...] consiste em produzir, com meios diferentes, efeitos análogos.” (PAZ, 1990, p. 23, tradução da autora).

Em qualquer tipo de texto, traduz-se o mundo visível. O mundo visível só existe, entretanto, a partir dos olhos do sujeito que o produz. Desse modo, a tradução é uma percepção, uma interpretação, uma leitura das imagens do mundo, feitas do sujeito, da linguagem, da língua e da cultura.

A língua e a cultura são arcabouços a partir dos quais o sujeito produz sentidos. Ao limitarem, com seus contornos, a voz do sujeito, tais arcabouços acabam por conduzi-lo a criar novas formas de dizer: reverberação de palavras já ditas que nunca são as mesmas palavras. Ao traduzir, inscreve-se, sempre, um *mesmo* diferente, ou seja, um *outro* que, embora feito do mesmo, nunca é o mesmo. A tradução é sempre um *outro*, desejado e estranho, porque a comunicação, seja na mesma língua ou entre línguas diferentes, é sempre precária. A comunicação é

construída de palavras e silêncios, imagens de enganos. Para Walter Benjamin (2001, p. 201), “[...] toda tradução é apenas um modo, de alguma forma, provisório de lidar com a estranheza das línguas.”

Se a estranheza existe dentro da própria língua, sendo necessário, portanto, traduzi-la, o que não garante a sua inteligibilidade ou unidade, mas exhibe suas diferenças e fragilidades, é possível admitir a tradução de qualquer tipo de texto, independente do grau de literariedade ou de poeticidade que ele apresente. Para se admitir isso, há que se considerar, evidentemente, a tradução não como transcrição fiel, operação impossível, mas como uma recriação do texto de partida. Haroldo de Campos (1980, 1987) criou o termo *transcrição* para se referir à tradução criativa, que não se submete servilmente ao conteúdo, mas, antes, o trata como *bastidor semântico da coreografia*, ocupando-se, especialmente, da forma significante.

A necessidade de levar palavras ou textos a culturas diversas daquelas em que eles foram concebidos solicita uma ampliação do conceito de tradução, como parece sugerir Octavio Paz:

A condenação maior sobre a possibilidade de tradução tem recaído sobre a poesia. [...] a poesia é um tecido de conotações e, portanto, é intraduzível. Confesso que essa idéia me causa repugnância, não apenas porque se opõe à imagem que tenho feito da universalidade da poesia, mas também porque se funda em uma concepção errônea do que é a tradução. (PAZ, 1990, p. 15, tradução da autora).

A velha concepção pré-moderna de tradução que respondia com o ideal de inteligibilidade universal à confusão babélica não pode ser ingenuamente entendida como “[...] garantia da unidade de espírito.” (PAZ, 1990, p. 10, tradução da autora). Se, por um lado, a tradução é, de fato, uma forma de levar ao outro o que está em *nós*, por outro lado, tal idéia não deve ser tomada como garantia de transposição integral, fiel do *eu/nós*, ou *um* e *outro* simplesmente deixariam de existir. A idéia de tradução como transposição o mais fiel possível da forma e do sentido do texto de partida pode até ser levada em conta como o ideal da tradução poética. Entretanto, a tradução é sempre uma reconstrução fragmentada, um outro idealizado como mesmo, ao qual faltam (e, às vezes, excedem) partes, perdidas ou incorporadas, inevitavelmente, na transmutação. Toda tradução, especialmente a do texto poético — onde quer que esteja a poesia —, pressupõe uma perda, uma falta ou uma diferença, não necessariamente negativas. Pode-se ganhar ou não com a perda advinda da transmutação de um texto em outro. Entram aí valores subjetivos que dependem do olhar de quem julga. Ao comentar o trabalho de tradução de Paulo Rónai, no prefácio da *Antologia do Conto Húngaro*, Guimarães Rosa pondera:

Uma tradução é saída contra Babel; e tenho que, do gorar da Torre, adveio não apenas a separação das falas: cada qual, ao mesmo tempo, perdeu algo da geral eficácia, ficando repartido entre as outras, e que só no remirar do conjunto é que deverá restituir-se de ver. (ROSA, 1957, p. 12).

Como *remirar o conjunto*? Como *restituir-se de ver*? A tradução do texto poético parece colocar sempre o tradutor diante de uma *encruzilhada*, termo utilizado por Antonio Risério (1996) para se referir à tradução de *orikis*.<sup>9</sup> Ao tradutor, cabe escolher o caminho a ser seguido: aquele que mais se aproxima da função poética ou da referencial. Evidentemente o desejo, vítima constante do impossível, reclama por ambos os caminhos, e o tradutor, como se pudesse se dividir em dois seres, tenta trilhar ambos ao mesmo tempo. O resultado dessa tentativa é um ser esfacelado, ainda que muito bem-vindo em sua função de dar ao *outro* o conhecimento de, pelo menos, parte de si, da sua história, da sua cultura.

A tradução é uma forma de diálogo, ainda que, muitas vezes, engrolado, entre diferentes culturas. Além da linguagem e da língua, tenta-se traduzir o espaço e o tempo do *outro*. Dotado de características geoculturais específicas, o espaço do *outro* se constrói, muitas vezes, do inexistente na cultura do *eu*. Desse modo, a tentativa de tornar uma idéia inteligível a alguém ou a uma cultura, através de palavras oralizadas, grafadas, ou gestos, expressões, sinais e imagens esbarra freqüentemente no silêncio, fala engrolada que (re)produz um outro espaço, ser esfacelado em sua ousada e persistente tentativa de dizer, comunicar.

---

<sup>9</sup> Cânticos que contam os atributos e feitos de um orixá ou de um ser humano. Antonio Risério (1996) prefere, entretanto, não traduzir a expressão, já que tais cânticos não se reduzem apenas a isso, mas apresentam várias funções.

No silêncio, ouve-se, entretanto, uma voz estranha e resistente, uma outra voz que insiste em ser som, gesto, expressão, sinal, comunicação.

O sertão brasileiro concebido por Guimarães Rosa, em *Grande Sertão: Veredas*, ao atravessar a fronteira de várias nações, traduzido para várias línguas, chega ao seu destino intensamente transmutado pela longa travessia, marcado pelo olhar da cultura e pelo arcabouço da língua que o recebe. É um outro sertão, um sertão possível em outro espaço lingüístico que tenta, em seu arcabouço, recriar o intenso trabalho com o significante, fundamental na composição do significado do sertão brasileiro, no romance. Como quer Octavio Paz,

[...] a linguagem se transforma em paisagem e esta, por sua vez, é uma invenção, a metáfora de uma nação ou de um indivíduo. Topografia verbal na qual se tudo se comunica, tudo é tradução: as frases são uma cadeia de montanhas e as montanhas são os signos, os ideogramas de uma civilização. (PAZ, 1990, p. 17, tradução da autora).

*Sáida contra Babel*, a tradução não transforma o *outro* em *mesmo*, operação impossível. Antes transcria-o, para torná-lo sujeito dizente, enunciador da sua história, da sua cultura. Embora os sujeitos sejam feitos de seus saberes, o entrelaçamento dos saberes não deve ser entendido como homogeneização dos sujeitos. Trata-se, antes, do diálogo que, de fato, se estabeleceria, entre os mais diversos saberes, uma reunião de vozes diversas, em intenso colóquio, que comporia uma nova concepção de saber. O reconhecimento do *outro* como detentor de saberes indispensáveis à produção do conhecimento e, portanto, como

produtor de conhecimento, retiraria-o da condição de *outro*, como aquele que é negado, excluído. As diferenças, a pluralidade cultural, entretanto, se (re)afirmam, reconhecidas como integrantes do *eu*.

Do desconhecimento ao reconhecimento da diferença: o movimento em direção ao *outro*, parte desconhecida do *eu*, demanda um pensamento paradoxal em que semelhança e diferença, identidade e alteridade contrastam-se e complementam-se, constituindo um todo complexo. Da *monocultura do saber* ao pensamento e à ação transdisciplinar: um dos desafios para se alcançar o *conhecimento-emancipação*. (SANTOS, 2005 a).

A elevação do *outro* da condição de objeto à condição de sujeito é um desafio que requer humildade. No processo de transformação e integração dos saberes, viabilizado pela tradução, não haveria um sujeito tradutor e um sujeito traduzido. Todos são tradutores e traduzidos. O exercício da transdisciplinaridade requer uma postura que exige o esforço da abdicção do poder centrado na disciplina, na ciência, e administrado pelos homens. A condução desse processo cabe aos próprios sujeitos representantes dos mais diversos saberes. Sujeitos reunidos, postos em diálogo diante do mesmo desafio: aprender a ouvir, a falar, a traduzir, a transcriar.



### 1.2.2. A literatura, o espaço

A complexidade dos problemas enfrentados — não apenas pela geografia, mas por qualquer disciplina ou campo de conhecimento — demanda a superação dos limites edificados pela modernidade. Cássio Eduardo Viana Hissa (2002, p. 300) afirma que “[...] a comunicação de textos e discursos dar-se-ia apenas através da interpenetração de epistemologias, da construção de uma epistemologia do complexo; dar-se-ia na prática, através da experiência dos próprios profissionais.” O autor considera que, a despeito de não existir uma ciência denominada socioespacial, existem fragmentos do que ele denomina *conhecimento socioespacial* “[...] dispersos e, muitas vezes, carentes de um contexto de integração, de aproximação de discursos e de ruptura de fronteiras interdisciplinares.” (HISSA, 2002, p. 285). E acrescenta que o que se compreende como *conhecimento socioespacial* absorve a literatura, já que, nela, encontram-se presentes os mais diversos saberes:

A demografia e os estudos populacionais voltam-se para as questões de distribuição espacial demográfica, em contextos urbanos, rurais e regionais. A economia também privilegia o estudo de temas “especializados” como os movimentos de concentração e desconcentração espacial das atividades econômicas, em contextos rurais, urbanos e regionais. A sociologia rural e principalmente a sociologia urbana, tanto quanto a economia regional, já se tornaram campos clássicos de estudos. Do mesmo modo, os estudos em história regional e local também adquirem sua magnitude. E, finalmente, o caso da geografia se destaca, dada a sua tradição exclusivamente voltada para a compreensão da natureza dos fenômenos em sua espacialidade. Vê-se que os problemas de integração entre as disciplinas remetem a um contexto espacial que fornece complexidade maior no estabelecimento de uma filosofia da interdependência entre os diversos campos do saber. Tal

filosofia da interdependência associa-se ao que se está denominando conhecimento socioespacial. Duas inserções nesse conhecimento são focalizadas: a inserção da literatura e a inserção da geografia. (HISSA, 2002, p. 288-289).

Embora não tenha a pretensão de ser um instrumento de análise das questões socioespaciais tradicionalmente estudadas pela geografia e por outras ciências, a literatura reúne uma diversidade impressionante de saberes, incluindo-se, aí, os saberes socioespaciais. Num romance como *Grande Sertão: Veredas*, de Guimarães Rosa, por exemplo, depara-se com uma profusão de saberes sobre o homem e seu espaço, numa narrativa que revela as enormes possibilidades oferecidas pela literatura na leitura da complexidade do mundo:

Aquilo nem era só mata, era até florestas! Montamos direito, no Olho-d'Água-das-Outras, andamos, e demos com a primeira vereda — dividindo as chapadas —: o flaflo de vento agarrado nos buritis, franzido no gradeal de suas folhas altas; e sassafrazal — como o da alfazema, um cheiro que refresca; e aguadas que molham sempre. Vento que vem de toda parte. Dando no meu corpo, aquele ar me falou em gritos de liberdade. Mas liberdade — aposto — ainda é só alegria de um pobre caminhozinho, no dentro do ferro de grandes prisões. Tem uma verdade que se carece de aprender, do encoberto, e que ninguém não ensina: o beco para a liberdade se fazer. Sou um homem ignorante. Mas me diga o senhor: a vida não é cousa terrível? Lengalenga. Fomos, fomos. (ROSA, 1986, p. 268).

Para Cássio Eduardo Viana Hissa, é exatamente por não ter a pretensão de ser um estudo do espaço que o discurso literário demonstra, com clareza, sua eficiência na produção do conhecimento socioespacial. Para o autor, a literatura é

[...] conhecimento insinuante, mas despretensioso e destituído da arrogância, da prepotência da supremacia: destituído da presunção de se constituir em verdade, única, em explicação derradeira do mundo. Ainda assim, em sua despretensão, é uma obra que permanece e se reproduz porque contém saberes sobre o mundo e os homens. Faz o saber sem a pretensão arrogante de fazê-lo, sem anunciar promessas que não pode cumprir. (HISSA, 2002, p. 291).

Cada campo do conhecimento traduz o espaço de acordo com suas especificidades. O imaginário espacial, produzido pela literatura, pela geografia ou por qualquer outro campo ou espécie de conhecimento pode ser lido transversalmente, como traduções transdisciplinares ou transtextuais, de modo a servirem à compreensão da complexidade das mais diversas questões enfrentadas pelas sociedades contemporâneas.

O romance *Grande Sertão: Veredas*, de Guimarães Rosa, é uma escritura que partilha com a geografia e outras ciências, artes e saberes o tema do espaço, da terra, do homem, numa relação transtextual anterior à tradução interlingual.

Desde o seu nascimento, no século XIX, a geografia se ocupou das narrativas e descrições das paisagens, buscando, entretanto — sob o paradigma da ciência moderna — a objetividade e a isenção, pretensão infundada do discurso científico que acreditava e, freqüentemente, ainda acredita na exclusão do sujeito dos discursos. Tais narrativas e descrições da paisagem, dispersas nas artes, na literatura, enclausuradas nas mais diversas disciplinas e guardadas na tradição da sabedoria popular, necessitam de uma leitura transtextual e, portanto,

transdisciplinar, mediada pela tradução. Tal leitura constituir-se-ia no exercício da produção do *conhecimento socioespacial* e da transdisciplinaridade.

Assim como a transdisciplinaridade é um movimento que conduz o conhecimento para além da disciplina, para além da ciência, a *transtextualidade* pode ser entendida como um movimento que conduz a leitura ou o leitor para além do texto em si, buscando ambas a contextualização do conhecimento produzido. Forjado por Gérard Genette (2005, p. 7), o conceito de transtextualidade, “[...] ou transcendência textual do texto [...] grosso modo [...] ‘tudo que o coloca em relação, manifesta ou secreta com outros textos’” — abrange a intertextualidade e dela difere por tratar não apenas de um, mas de vários tipos de relações que um texto estabelece com outro. Genette estabelece cinco tipos de relações transtextuais: a intertextualidade, a paratextualidade, a metatextualidade, a architextualidade e a hipertextualidade.

Interessa-nos aqui, especialmente, a idéia da *transcendência textual do texto*, como um movimento que põe em relação e contato os discursos das mais diversas ciências, artes e saberes que tratam de um assunto específico, no nosso caso, o espaço, numa leitura contextualizadora que busca transpor os limites entre diferentes tipos de textos e discursos. Desse modo, a transtextualidade estaria para

a transdisciplinaridade, assim como a intertextualidade para a interdisciplinaridade.<sup>10</sup>

Múltipla e complexa, a natureza do espaço solicita abordagens teóricas transdisciplinares, traduções epistemológicas que vêm ao auxílio da compreensão de sua complexidade. Ler as diversas traduções do espaço — rede verbal em suas múltiplas relações transtextuais, numa abordagem transdisciplinar — é fundamental para a apreensão da complexidade das questões socioespaciais.



---

<sup>10</sup> É importante ressaltar que não se compreende, aqui, a intertextualidade ou a interdisciplinaridade como estágios necessários para que se alcancem a transtextualidade ou a transdisciplinaridade. A interdisciplinaridade busca estabelecer contato entre as disciplinas. Entretanto, esse contato não se realiza, já que tenta se estabelecer sob a referência das próprias disciplinas, que se isolam, não se comunicam. Na intertextualidade, a comunicação entre os textos também se dá de forma limitada, uma vez que abrange apenas um tipo de relação textual de cada vez.

## 2. OLHARES SOBRE O ESPAÇO



## 2.1. Paisagens e Lugares

Paisagens, lugares, territórios, regiões são termos recorrentes do *imaginário espacial*, compreendido aqui, genericamente, como um conjunto de discursos diversos que tratam do espaço. Na linguagem cotidiana, utilizados comumente na acepção de *área, terreno, extensão de terra*, tais termos, incluindo-se aí o espaço, freqüentemente se confundem. Fala-se da área, do espaço ou da paisagem de um jardim, de um lugar. Fala-se, em algumas situações, na linguagem cotidiana, também, indiscriminadamente, de áreas, territórios e regiões. Em determinados sentidos, é possível tomar um conceito pelo outro pelas próprias possibilidades de uso dos conceitos. O espaço de uma nação, por exemplo, pode ser sinônimo de território, embora seja possível diferenciar espaço de território, já que ambos apresentam outras significações possíveis.

Considerados categorias de análise dos estudos socioespaciais, *espaço, território, paisagem, lugar e região* devem ser concebidos, intrinsecamente associados, em sua natureza intimamente relacional, e, por isso, demandam abordagens teóricas que se atravessam. Ainda assim, diversos estudos ocupam-se, freqüentemente, de apenas um conceito ou de uma determinada categoria, como é o caso desta pesquisa, por exemplo, que se propõe a refletir sobre um determinado *lugar*. Diante disso, nesses casos, aborda-se o conceito de lugar, isoladamente,

como se os lugares não fossem plenos de mundo, repletos das *idéias teóricas* de território e de região.

Ao produzir o espaço, o homem vai redesenhando, remodelando a superfície terrestre, reconstruindo formas, funções, relações, significações que são continuamente metamorfoseadas pelo processo histórico, o desenvolvimento do trabalho, da técnica, e das condições socioeconômicas, políticas e culturais, que não são igualmente distribuídas no espaço. Se o espaço sofre constantes e contínuas mutações, o mesmo pode ser dito das paisagens, dos lugares, dos territórios e das regiões: diversos modos de se perceber ou de se fazer uso do espaço, ou, ainda, frações do espaço, concebidas pelo homem para conceder significação ao seu mundo. Categorias, ou seja, construções teóricas que servem ao estudo de determinado tema.

Assim, há que se lembrar, ainda, que as significações atribuídas a cada uma dessas categorias metamorfoseiam-se também ao longo do tempo, não apenas em função das transformações físico-sociais, mas também como resultado da própria dinâmica da teoria do conhecimento.

Os esforços para que a geografia fosse sistematizada como ciência, no contexto da compartimentalização e hiperespecialização das ciências da modernidade, no fim do século XIX, num primeiro momento, consistiam em reunir e interpretar as descrições de paisagens, dispersas em textos filosóficos, literários e relatos de viajantes. Tais esforços, partindo dos alemães Alexander von

Humboldt (1769-1859) e Karl Ritter (1779-1859), tomavam a geografia como a ciência das paisagens. (CAPEL, 1988). O conceito de paisagem, numa época marcada pelo pensamento determinista-positivista, não dava margem, entretanto, a abordagens que incluíssem a dimensão subjetiva, simbólica, tal como acontece na contemporaneidade, ainda que o ponto de partida para o estudo da paisagem fossem descrições e relatos de viagens, gêneros (mais do que muitos outros), bastante suscetíveis a uma densa carga de subjetividade. Vera Mayrinck Melo faz um breve esboço das alterações experimentadas pelo uso e pelo conceito de paisagem:

No início do século XX, a paisagem foi um dos primeiros temas a ser abordado numa perspectiva cultural pelos geógrafos alemães, sendo posteriormente incorporada pela geografia cultural, nos anos 20, por meio do geógrafo americano Carl Ortwin Sauer, da Escola de Berkeley. No entanto, essa abordagem privilegiou a análise morfológica da paisagem, considerando apenas aspectos materiais da cultura. A paisagem cultural, analisada sob essa perspectiva, perdurou até a década de 1940. Durante as décadas de 1950 e 60, o estudo da paisagem não foi predominante, mas a partir da década de 1970, de acordo com Corrêa, os geógrafos se reconciliaram com a tradição que remonta ao passado, voltando a paisagem a ser um dos conceitos-chave da geografia, mas inserida em outras abordagens. Dentre essas novas abordagens são considerados os aspectos subjetivos da paisagem [...] (MELO, 2001, p. 30-31).

Todo conceito é, portanto, datado pela história dos homens, o que nos leva a indagar, principalmente quando se trata de refletir sobre conceitos que existem

desde tempos remotos, como, por exemplo, a paisagem e o lugar<sup>11</sup>, quais significações estamos lhes atribuindo. O objetivo aqui não é traçar uma historiografia dos conceitos de paisagem e lugar, recuperando as várias significações que lhe foram atribuídas ao longo do tempo, mas refletir sobre eles a partir de pensadores contemporâneos, como Milton Santos, por exemplo. O presente estudo também não pretende apresentar definições dos referidos conceitos (que até mesmo podem se rivalizar), fornecendo-lhes contornos precisos, mas discuti-los a partir de uma outra ótica, a das suas relações, de modo a construir algumas referências a partir das quais se aborda a temática central desta pesquisa.



### 2.1.1. Interseções I

Milton Santos (2002 a, p. 21) propõe que se pense o espaço como “[...] um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações [...]” ou

---

<sup>11</sup> Paul Vidal de La Blache (1980), em texto publicado originalmente em 1913, considerava a geografia uma ciência dos lugares. Entretanto, o significado que o autor francês encaminha ao conceito de lugar (*lugar físico*) é bastante distinto dos significados contemporâneos incorporados pelo conceito (HISSA, 2005).

junção de *fixos* e *fluxos*. (SANTOS, 1997, p. 77). Os *objetos* são resultado das interferências e realizações materiais do homem e da sociedade na natureza, ou seja, do trabalho, a partir do desenvolvimento da técnica.<sup>12</sup> São os seus instrumentos de trabalho e as forças produtivas, são os *fixos*, ou seja (num determinado momento histórico), pontes, portos, edifícios, rodovias, bancos, fábricas, hospitais. O *sistema de ações* (ou os *fluxos*) pode ser pensado como a diversidade de relações que os homens estabelecem entre si, os *eventos* (SANTOS, 2002 a, p. 86), mediados por esse sistema de objetos. É dessa forma que o espaço se produz: pela ação dos homens, através dos objetos criados pelo sistema técnico, sobre o próprio espaço na sucessão de momentos que compõem a história da humanidade. Os dois sistemas, o de fixos e o de fluxos, podem estar em permanente interação: a existência de um implica a de outro; o fortalecimento de um implica o de outro. Ambos dizem respeito ao espaço que se produz e que, utilizado pelas sociedades, concede existência aos territórios. (SANTOS, 1997, 2002 a, 2002 b).

O espaço pode ser compreendido como uma espécie de categoria-matriz, simultaneamente, *continente* e *conteúdo*, uma vez que contém as demais categorias e, ao mesmo tempo, é contido por elas. (HISSA, 2001). Do espaço, podem-se derivar todas as demais categorias: a paisagem, o lugar, o território, a região, que

---

<sup>12</sup> Ao se fazer referência às intervenções das sociedades na natureza não se pretende conceituar a natureza como uma exterioridade, como um mundo estrangeiro e mercantilizado. (SANTOS, 2005 b; HISSA, 2006).

também devem ser concebidos intrinsecamente ligados, numa relação de interseção. É certo que se pode, para determinadas finalidades interpretativas, abordar isoladamente cada uma das categorias. A iniciativa é, com frequência, realizada e o mais rotineiro é que assim se faça. Desta forma, os conceitos são tratados de forma independente, como se fossem portadores de completa autonomia. Todos os lugares têm a sua paisagem, referem-se a determinados territórios e estão inseridos em regiões. Assim, estudar os lugares pode ser, também, estudar paisagens, territórios, regiões. Isso não significa, contudo, que os conceitos não possam receber abordagens específicas. Mas como observa Milton Santos (2001), todos esses conceitos se referem a um convergente universo teórico e tal situação merece ser considerada: é o que interessa ao presente estudo.

Uma imagem que pode servir à compreensão das categorias *espaço, território, região, paisagem e lugar* é a imagem da interseção de elementos em um mesmo plano, em que não há relações de horizontalidade ou verticalidade, de coordenação ou subordinação, mas de fricções, atravessamentos, interseções. Assim, pode-se dizer que os lugares são feitos de paisagens ou que um lugar pode conter diferentes territórios. Do mesmo modo, pode-se dizer que os territórios são feitos de lugares e paisagens, assim como as regiões e o espaço. Esses últimos também feitos de territórios.

Se todas essas categorias são constituídas da mesma matéria, o espaço, “conjunto indissociável de sistema de objetos e sistemas de ações”, o que as pode

diferir é a maneira de perceber e utilizar essa matéria. Os objetos (elementos artificiais) produzidos pelos homens, assim como os elementos naturais, são dotados de formas e funções, continuamente metamorfoseadas pelo desenvolvimento do sistema técnico ao longo do tempo, pela ação dos fluxos, pela cultura. Um hipermercado ou um *shopping-center*, por exemplo, desempenham funções capazes de criar novas formas. Entretanto, outras formas permanecem, mas podem mudar de função, como por exemplo, edificações antigas que funcionaram como fábricas, empresas diversas ou mesmo como moradia, podem se transformar em escolas, museus e outros espaços culturais, dentre muitas outras possibilidades.

Desse modo, tanto a paisagem, quanto o lugar, o território e a região são feitos de formas, funções e fluxos em permanente mutação. Todas essas categorias derivam de processos históricos, culturais, políticos, econômicos, e, também, biológicos, físico-químicos que se atravessam, constituindo mundos de caráter complexo e de difícil avaliação conceitual particular.



### 2.1.2. Paisagens

Rios, lagos, encostas, serras, planícies, campos, açudes, pontes, edifícios, cidades: algumas formas as quais os homens atribuem funções diversas e que nos assomam aos olhos quando contemplamos algum ponto do espaço. Para Milton Santos (1997, p. 61), “Tudo aquilo que nós vemos, o que nossa visão alcança, é a paisagem. Esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. Não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons etc.” Entretanto, para que possamos ver a paisagem como algo aparentemente *fora de nós*, vemos com os nossos olhos, feitos da nossa história e da nossa subjetividade que, por sua vez, estão inseridas no mundo das histórias e das subjetividades coletivas. A paisagem está fora e, simultaneamente, dentro de nós mesmos (imagens históricas, interiores), tal como a percebemos com os sentidos.

Fernando Pessoa<sup>13</sup> complementa:

Em todo o momento de atividade mental acontece em nós um duplo fenômeno de percepção: ao mesmo tempo que temos consciência dum estado de alma, temos dentro de nós, impressionando-nos os sentidos que estão virados para o exterior, uma paisagem qualquer, entendendo por paisagem, para conveniência de frases, tudo o que forma o mundo exterior num determinado momento da nossa percepção. Todo o estado de alma é uma paisagem. Isto é, todo o estado de alma é não só representável por uma paisagem, mas verdadeiramente uma paisagem. Há em nós um espaço interior onde a matéria da nossa vida física se

---

<sup>13</sup> Esses apontamentos sobre a paisagem, embora não tenham sido assinados, foram atribuídos a Fernando Pessoa, e publicados, pela primeira vez, na primeira edição da *Obra Poética* de Fernando Pessoa, Rio de Janeiro, Aguilar, 1960.

agita. Assim uma tristeza é um lago morto dentro de nós, uma alegria um dia de sol no nosso espírito. E — mesmo que não se queira admitir que todo o estado de alma é uma paisagem — pode ao menos admitir-se que todo o estado de alma se pode representar por uma paisagem. Se eu disser “Há sol nos meus pensamentos”, ninguém compreenderá que os meus pensamentos estão tristes. Assim, tendo nós, ao mesmo tempo, consciência do exterior e do nosso espírito, e sendo o nosso espírito uma paisagem, temos ao mesmo tempo consciência de duas paisagens. Ora, essas paisagens fundem-se, interpenetram-se, de modo que o nosso estado de alma, seja ele qual for, sofre um pouco da paisagem que estamos vendo — num dia de sol uma alma triste não pode estar tão triste como num dia de chuva — e, também a paisagem exterior sofre do nosso estado de alma — é de todos os tempos dizer-se, sobretudo em verso, coisas como que “na ausência da amada o sol não brilha”, e outras coisas assim. (PESSOA, 1980, p. 73-74).

A paisagem não é um dado físico objetivo, *fora do eu*. O *domínio do visível* é o domínio da subjetividade. *Domínio do visível*, a paisagem só pode existir, portanto, como resultado de uma percepção. O visível, entretanto, não é apenas o exercício de um único sentido, a visão, mas de uma constelação de sentidos.<sup>14</sup> O que se vê, domínio da imagem e da imaginação, pode se estender ao tato, à audição, ao olfato e até ao paladar. Trata-se, portanto, de um quadro dinâmico que se constrói a partir do olhar de um observador sobre um ponto qualquer do espaço num determinado momento. Olhar necessariamente atravessado pela subjetividade do observador, seu estado de alma, no momento, seus valores culturais, seus modos de vida e a diversidade de sensações que o conjunto de objetos contemplados é capaz de evocar a partir de todas essas variáveis. Nesse quadro dinâmico, cujas molduras são conhecidas apenas pelo observador, tudo pode ser cambiante, de

---

<sup>14</sup> Para interpretações mais aprofundadas sobre o assunto, sugere-se a leitura da obra de MERLEAU-PONTY (1996).

acordo também com as condições de luz ou com os fenômenos meteorológicos, os odores, os ruídos, as emoções, que podem ser estéticas, mnemônicas, culturais. A paisagem é a constelação de sensações visuais, olfativas, gustativas, auditivas, táteis, fixadas pelo olhar de um observador sobre um conjunto de objetos num determinado instante.

O conjunto de objetos fixados pelo olhar num determinado instante é produzido pelas lógicas sócio-econômicas e políticas de produção do momento, a maneira como os homens criam e recriam os fixos e fluxos, metamorfoseando formas e funções que, alvos do seu olhar, da sua subjetividade, se transformam em paisagem<sup>15</sup>. Evidentemente, tais objetos são criados ao longo do tempo, de modo a permitir, lado a lado, a coexistência e a convivência de formas e funções mais antigas com as mais recentes:

A paisagem não se cria de uma vez só, mas por acréscimos e substituições; a lógica pela qual se fez um objeto no passado era a lógica da produção daquele momento. Uma paisagem é uma escrita sobre a outra, é um conjunto de objetos que têm idades diferentes, é uma herança de muitos diferentes momentos. (SANTOS, 1997, p. 66).

---

<sup>15</sup> Milton Santos (2004, p. 53-54), refletindo sobre a paisagem, escreve: “Uma região produtora de algodão, de café ou de trigo. Uma paisagem urbana ou uma cidade de tipo europeu ou de tipo americana. Um centro urbano de negócios e as diferentes periferias urbanas. Tudo isso são paisagens, formas mais ou menos duráveis. O seu traço comum é ser a combinação de objetos naturais e de objetos fabricados, isto é, objetos sociais, e ser o resultado da acumulação de atividades de muitas gerações. Em realidade, a paisagem compreende dois elementos: 1. Os objetos naturais, que não são obra do homem nem jamais foram tocados por ele. 2. Os objetos sociais, testemunhas do trabalho humano tanto no passado, como no presente.”

Trata-se da imagem do palimpsesto, empregada na compreensão e na construção de tantos pensamentos, conceitos, idéias.<sup>16</sup> Não apenas a paisagem, mas todo o espaço pode ser compreendido a partir dessa imagem. Milton Santos complementa:

A paisagem nada tem de fixo, de imóvel. Cada vez que a sociedade passa por um processo de mudança, a economia, as relações sociais e políticas também mudam, em ritmos e intensidades variados. A mesma coisa acontece em relação ao espaço e à paisagem que se transforma para se adaptar às novas necessidades da sociedade. (SANTOS, 2004, p. 54).

Na produção do espaço, as formas são heterogêneas porque as lógicas de produção, circulação, distribuição e consumo se organizam diferentemente em cada lugar, variando de acordo com os processos da própria produção, o capital, a tecnologia, os sistemas de informação e a história particular de cada porção do espaço. Além disso, atuam, na produção do espaço, *verticalidades* (SANTOS, 2001, p. 53), forças hegemônicas que agem diferentemente sobre os lugares, impondo suas lógicas, de acordo com seus interesses de produção. Os lugares, por sua vez, acolhem ou refratam a ação dessas forças. Evidentemente, essa heterogeneidade de formas e funções, como resultado da ação dos fixos e fluxos é típica da paisagem urbana. No campo, as formas são, aparentemente, menos heterogêneas e, nas porções não atingidas diretamente pelo trabalho, a diversidade de formas,

---

<sup>16</sup> David Harvey (1992) não é o único a utilizar a referida imagem, mas a sua abordagem é bastante utilizada como referência na compreensão das cidades.

curvaturas, concavidades, cores, luzes, sombras, funções é dada apenas pela natureza e pelo olhar de quem as contempla. Não se deseja, com isso, admitir a existência de limites precisos entre cidade e campo. Na contemporaneidade, são ainda mais ampliadas as *zonas de fronteiras* entre esses dois mundos. Quer seja no âmbito dos processos socioeconômicos, quer seja no âmbito das próprias marcas transportadas para a paisagem, cidade e campo se atravessam. Entretanto, há superfícies de cobertura suficientemente nítidas, no nível da paisagem, para que se possa refletir sobre o caráter da diversidade das formas que constituem os dois mundos: o do campo, o da cidade. Processos de origem biológica, físico-químicos constituem a diversidade das formas responsáveis pelo desenho da paisagem rural, que mais se identifica, portanto, com o que nos acostumamos a conceituar como *natureza*, que, na contemporaneidade, demanda tratamentos teóricos mais complexos. Cidade e campo se atravessam não apenas no plano das horizontalidades, como, também, no nível das relações verticais. Pode-se refletir, por exemplo, sobre as ativas coberturas, muitas vezes invisíveis, de caráter urbano, que se espalham pelo campo e que, ainda, à física do olhar, restaria ao domínio da natureza. Entretanto, esse palimpsesto é de caráter híbrido, de origens diversificadas.

A sobreposição das diversas e distintas escritas ou grafias da paisagem, em tempos distintos, não deve, portanto, ser compreendida como absoluta. No palimpsesto, o processo de “raspagem” das superfícies mais antigas nunca é

completo. Na nova superfície, restam sempre traços diversos das escritas anteriores que resistem ao processo de raspagem e emergem nas novas grafias, mesclando-se a elas e constituindo um todo heterogêneo, um mosaico de formas, funções e fluxos de diferentes tempos. São as *rugosidades* de que nos fala Milton Santos (2002 b).

A paisagem é feita de *rugosidades* e o fato de ela existir apenas como resultado de uma percepção evidencia o seu caráter imagético e, portanto, subjetivo, simbólico. A paisagem é a representação daquilo que se vê. Entretanto, a visão é apenas a sensação de que se percebe, “[...] uma evidência do invisível. Tentativa de apresentar pela linguagem aquilo que se experimenta como radicalmente ausente, ela convoca o símbolo a exercer-se na sua plenitude.” (PEIXOTO, 1994, p. 381). Essencialmente simbólica, a paisagem é a expressão dos múltiplos sentidos que um indivíduo ou um grupo social confere ao seu meio.



### 2.1.3. Lugares

Uma porção do espaço em que os homens se reconhecem. Reconhecem a sua história, o seu ambiente, o seu universo de relações, experiências, lembranças,

desejos, conflitos, vivências. Uma cidade, uma praça, uma rua, uma fazenda, universos espaciais que assumem um significado especial para um indivíduo ou um grupo de indivíduos. Espaços afetivamente compartilhados num tempo específico e que despertam sensações de pertencimento, identificação, identidade. Onde se criam vínculos de familiaridade, vizinhança, amizade, amor, e se realizam também conflitos e lutas. Onde se projetam os sonhos e os desejos. Onde se desenvolvem os modos de vida, as ações triviais e fundamentais do cotidiano de um indivíduo, de uma comunidade ou de grupo social. É nos lugares que se dão os processos de fundação das identidades individuais e coletivas. Os lugares são espelhos onde os homens se contemplam e reconhecem o seu rosto, a sua fisionomia, a sua linguagem, a sua história de vida. O lugar é o ambiente em que se funda, se constrói e se realiza a vida. A fisionomia dos lugares é a fisionomia da história de vida dos homens. Nos lugares, os homens se situam, ou seja, circunscrevem o seu espaço, disseminam os seus rizomas, edificam a sua existência.

O que compõe a fisionomia de cada lugar e o torna único, particular para quem o vivencia é a história particular de cada sujeito ou de cada grupo social. Os valores subjetivos são, portanto, fundamentais na compreensão dos lugares.

Segundo Ana Fani Alessandri Carlos,

É através de seu corpo, de seus sentidos que ele [o homem] constrói e se apropria do espaço e do mundo. O lugar é a porção do espaço

apropriável para a vida — apropriada através do corpo — dos sentidos — dos passos de seus moradores, é o bairro, é a praça, é a rua, e nesse sentido poderíamos afirmar que não seria jamais a metrópole ou mesmo a cidade *lato sensu* a menos que seja a pequena vila ou cidade — vivida/conhecida/reconhecida em todos os cantos. (CARLOS, 1996, p. 20).

É claro que os lugares não são necessariamente urbanos, a despeito da amplitude assumida pelo processo de urbanização. Uma casa no campo, uma porção de mata, de serra, um rio, um restaurante à beira da estrada podem se revestir de uma significação especial para um indivíduo ou um grupo social, constituindo, portanto, lugares. Uma pequena cidade pode assumir a condição de lugar. A cidade grande guarda, entretanto, uma profusão de lugares, cada qual com sua particularidade, marcada pela identidade dos indivíduos e dos grupos<sup>17</sup>. Isso porque a cidade grande não se apresenta por inteiro para os sujeitos que a habitam ou que a vivenciam. A cidade grande não é acessível a todos. Desse modo, não há, para os sujeitos que vivenciam a cidade, uma cidade inteira, mas apenas fragmentos do tecido urbano com os quais os grupos e os indivíduos estabelecem relações de identidade: “cidades interiores, riscadas e desenhadas pelos indivíduos que escrevem, cada um, com a sua vivência, a sua própria cidade. Do mesmo modo, pode-se referir às cidades dos grupos sociais, dos guetos, das tribos urbanas.” (HISSA e MELO, 2005, p. 27).

---

<sup>17</sup> Isso não significa que a escala define os lugares. Ainda que guarde, em seu interior, uma profusão de lugares, a metrópole, assim como a região, pode assumir a condição de lugar, como será explicitado mais adiante.

Os lugares são feitos de paisagens que, metamorfoseadas ao longo do tempo pela própria dinâmica histórico-espacial, fazem com que os lugares também se metamorfoseiem. Formas, funções e fluxos, dos quais também são feitos os lugares, são transformados, compondo novos arranjos, alterando, assim, a fisionomia dos lugares e, portanto, a dos homens. O antigo armazém, a velha serraria, a arborizada e florida praça, parte da pastagem de animais são constantemente desconstruídos para dar lugar a *shoppings-centers*, hipermercados, sedes de empresas diversas, dentre muitas outras formas e funções.

A imagem da transformação das paisagens e dos lugares não deve ser confundida, entretanto, com a sua supressão. A supressão das paisagens e dos lugares implicaria a supressão da história e, portanto, a supressão da humanidade.<sup>18</sup> Conectados ao mundo, os lugares se transformam em função do trabalho, do desenvolvimento da técnica e das forças hegemônicas de modernização que tentam se instalar nos lugares. É no embate com essas forças que o lugar assume a sua condição primordial. A heterogeneidade de formas e funções, presente, principalmente, nas grandes cidades, fabrica lugares diversos, alguns capazes de absorver, outros, de refratar a racionalidade hegemônica imposta pela ordem global. Para Milton Santos (2002 a, p. 323), o fato de a

---

<sup>18</sup> Sobre a idéia teórica que decorre da suposta supressão dos lugares a partir do processo de globalização hegemônica, Boaventura de Sousa Santos (2002) pensa da seguinte forma: os lugares, em princípio, estariam ameaçados, em sua diversidade, pelos movimentos da globalização. Distâncias e lugares experimentaríamos o encurtamento e a padronização. Com isso, pensa-se que a humanidade seria suprimida dos lugares, pois lá, nos lugares, onde a vida se desenvolve, no cotidiano das pessoas, residem a emoção, os laços de vizinhança e de afeto; lá, nos lugares, residem as possibilidades de ampliação dos movimentos de conquista da cidadania e de consolidação de luta pela existência digna.

metrópole ser “[...] palco da atividade de todos os capitais e de todos os trabalhos [...]” faz com que ela atraia e acolha os sujeitos expulsos do campo e das cidades médias, pela modernização da agricultura e dos serviços, fato que faz enriquecer a diversidade socioespacial das grandes cidades. É na metrópole que subsistem, em maior número, os *pobres*. (SANTOS, 2002 a). Segundo o geógrafo, há *lugares globais simples* e *lugares globais complexos*. Os primeiros acolhem parte dos vetores das forças hegemônicas globais sem oferecer resistência, enquanto os segundos, que coincidiriam com as metrópoles, representam forças acolhedoras e refratárias às lógicas hegemônicas.

Nesses termos, a metrópole assume, com seus múltiplos lugares, a condição de um grande lugar, “[...] o mais significativo dos lugares [...]” (SANTOS, 2002 a, p. 322), já que, produzindo lugares capazes de funcionar como núcleos de resistência a racionalidades e transformações vindas de fora, reúne as condições para que a identidade de determinados grupos sociais seja mantida. Muito além disso, a metrópole, com seus contrastes, sua diversidade socioespacial, com a política dos *de baixo*, é capaz de produzir lugares e sujeitos capazes de superar o imperialismo do capital e dos objetos técnicos, apontando para o surgimento de novas possibilidades de ações, relações, pensamentos. É o que defende Milton Santos,

[...] na convivência com a necessidade e com o outro, se elabora uma política, a política dos *de baixo*, constituída a partir das suas visões do

mundo e dos lugares. Trata-se de uma política de novo tipo que nada tem a ver com a política institucional. Esta última se funda na ideologia do crescimento, da globalização etc. e é conduzida pelo cálculo dos partidos e empresas. A política dos pobres é baseada no cotidiano vivido por todos, pobres e não pobres, e é alimentada pela simples necessidade de continuar existindo. Nos lugares, uma e outra se confundem, daí a presença simultânea de comportamentos contraditórios, alimentados pela ideologia do consumo. (SANTOS, 2003, p. 132-133).

O papel dos *pobres* e do lugar é, portanto, determinante frente aos processos de transformação do mundo contemporâneo que se apresentam como fluxos vertiginosos, associados ao processo de globalização econômica, aparentemente capazes de padronizar a história das culturas, das identidades, da diversidade, dissolvendo as paisagens, os lugares, os territórios, as regiões. Entretanto, os pobres subsistem, recriando o seu cotidiano, inventando fórmulas diárias de sobrevivência, trabalho e luta. Recriando o cotidiano dos lugares que, assim, também subsistem. Reside aí a força do lugar, que é a força dos homens que o vivenciam. Homens *lentos*, que, ao contrário dos valorizados homens velozes, exatamente porque destituídos de *mobilidade mercantil*, “[...] escapam ao totalitarismo da racionalidade, aventura vedada aos ricos e às classes médias.” (SANTOS, 2002 a, p. 325).

Os homens *lentos*, desprovidos dos rápidos meios de transporte, dos velozes veículos de comunicação, da diversidade de informações e de todos os demais aparatos fabricados pelos avanços tecnológicos, escapam da racionalidade hegemônica veiculada e imposta por todos esses aparatos. Excluídos desse mundo da aparente exuberância de mobilidade e velocidade, eles provêm o seu mundo,

o seu lugar, de outros valores. Valores capazes de funcionar como limites à perversidade da ordem hegemônica que se impõe como global.

Feitos de paisagens, repletos de rugosidades, com sua força identitária, os lugares funcionam como núcleos de resistência, promovendo a luta pela existência, pela permanência, que não implica imutabilidade, mas o contrário: permanência na mutabilidade e mutabilidade na permanência.



#### **2.1.4. Interseções II**

Território é palavra que remete a domínio, fronteira, poder. Demarcam-se as fronteiras de um Estado-Nação, extensão de terra representada, nos mapas, por linhas-limite traçadas pela história dos homens e, no ambiente físico, por marcos naturais ou artificiais, embora tais marcos não sejam a garantia da delimitação de limites territoriais precisos de um estado, uma nação ou de um império. Linhas e marcos que desenham a esfera em que cada povo exerce sua soberania ou que alguns exercem a sua soberania em relação a outros. Através do território, cada povo estabelece e desenvolve, também, a sua história, a sua cultura, o seu espaço: assim, território é espaço utilizado; indivíduos e populações se transformam em grupos identitários, em nações reunidas sob os mesmos desígnios. Milton Santos

(2002 b, p. 232-233) afirma que um Estado-Nação é formado por três elementos: o território, um povo e a sua soberania. Da mesma forma que a utilização do território pelo povo produz o espaço, pode-se pensar que o uso do espaço, por um povo, produz o território. Para Milton Santos, o território ou a configuração territorial é

[...] formada pela constelação de recursos naturais, lagos, rios, planícies, montanhas e florestas e também de recursos criados: estradas de ferro e de rodagem, condutos de toda ordem, barragens, açudes, cidades, o que for. É esse conjunto de todas as coisas arranjadas em sistema que forma a configuração territorial cuja realidade e extensão se confundem com o próprio território de um país. (SANTOS, 1997, p. 75-76).

Trata-se mais uma vez da matéria da qual é feita o espaço, fixos e fluxos, paisagens e lugares, dessa vez arranjados num sistema cujas fronteiras são demarcadas por ordens diversas de poder.

O conceito de território pode, ainda, ganhar outros contornos, em escalas menores. Tais contornos não se representam num mapa por linhas-limite, nem no ambiente físico por marcos naturais ou artificiais, mas se estabelecem através das relações sociais que convencionam e, conseqüentemente, constroem fronteiras diversas entre grupos de indivíduos que ocupam determinada porção do espaço. Assim é que os conceitos de lugar, paisagem e território também se atravessam. O lugar, feito de paisagens, pode se constituir de uma multiplicidade de territórios, de acordo com o estabelecimento de fronteiras de domínio, de ocupação de determinados espaços: o território dos artistas, dos camelôs, do consumo, dos

intelectuais, das chamadas tribos urbanas etc. Pode-se dizer que os lugares assumem a condição de territórios, já que podem ser compreendidos também como um reduto de formação e convivência de identidades coletivas.<sup>19</sup>

Além das identidades desenvolvidas a partir dos lugares e dos territórios, pode-se refletir sobre as identidades num contexto bem mais amplo, o da região: redes de cidades e lugares, feitas de paisagens, territórios e fluxos de todos os tipos.

Definidas, em princípio, a partir de características econômicas particulares e vistas como autônomas, com a mundialização da produção, as regiões se especializam e passam a estabelecer trocas e relações intensas, não apenas econômicas, mas também sociais, políticas e culturais. Cria-se, então, uma rede de interdependências, um espaço de conectividade, um “[...] mar de relações, formas, funções, organizações, estruturas etc., com seus mais distintos níveis de interação e contradição.” (SANTOS, 1997, p. 46).

O processo de globalização da economia, que internacionaliza a produção, a circulação, a distribuição e o consumo, redefinindo todo o espaço, com seus fixos e fluxos, feitos de paisagens, territórios, lugares e regiões, encontra, sobretudo nessas últimas, as condições para a realização de suas relações globalizadoras. Entretanto, tais como os lugares, as regiões acolhem determinadas ações

---

<sup>19</sup> Leituras sobre a referida temática, que se desdobrariam em outras ainda mais aprofundadas, podem ser encontradas no trabalho de HISSA e GUERRA (2002).

globalizadoras e refratam outras. Assim como se discute a ameaça de supressão dos lugares e, conseqüentemente, das identidades culturais locais, discute-se a possibilidade de supressão da região e das identidades, dos valores e das culturas regionais, como se a globalização econômica fosse, de fato, capaz de homogeneizar a heterogênea história das culturas, repleta de diversidade, inclusão, exclusão e diferenças.

As regiões se configuram e subsistem também através da territorialidade de determinados grupos sociais com suas identidades específicas. Nesse aspecto, é mais visível a sua aproximação com os lugares. Para Milton Santos (2002 a, p. 166), “[...] a região pode ser considerada como um lugar, desde que a regra da unidade, e da continuidade do acontecer histórico se verifique. E os lugares — veja-se o exemplo das cidades grandes — também podem ser regiões.”

Desse modo, os lugares, as regiões, os territórios e as paisagens se atravessam, se imbricam e se friccionam, em conjuntos de interseções que nos proporcionam uma imagem do espaço em sua amplitude.



## **2.2. Os Lugares: grafias e rasuras**

O homem e os grupos sociais escrevem a sua história grafando o espaço que lhes pertence e com o qual estabelecem relações de todos os tipos e origens.

Através do sistema de fixos e fluxos, o espaço é grafado, produzido. Com o desenvolvimento dos sistemas técnicos, essas grafias vão sofrendo alterações ao longo do tempo: as grafias antigas vão sendo rasuradas, ou seja, riscadas, raspadas para dar lugar a novas grafias que sofrerão, sucessivamente, o mesmo processo.

Muito se discute a respeito da velocidade das transformações tecnológicas, econômicas e culturais da contemporaneidade que, ao promoverem, com seus fluxos globais, o encurtamento das distâncias através da instantaneidade da informação, seriam capazes de comprimir tempo e espaço: “[...] o progresso implica a conquista do espaço, a derrubada de todas as barreiras espaciais e a ‘aniquilação [última] do espaço através do tempo’.” (HARVEY, 1992, p. 190). Nesses termos, os lugares, as regiões, o espaço, de modo geral, sucumbiriam a um processo de homogeneização, padronização, perdendo sua identidade, sua existência. Entretanto, como nos lembra Milton Santos (2002 a), as informações não chegam a todos os lugares. Além disso, o espaço não é feito apenas de geometrias e distâncias euclidianas, marcadas por coordenadas e extensões passíveis de superação pelos ambientes virtuais. Os lugares são heterogêneos, possuem condições naturais, técnicas e socioeconômicas diversas, “[...] respondem ao Mundo segundo os diversos modos de sua própria racionalidade [...]” (SANTOS, 2002 a, p. 338), contrariando, às vezes, a racionalidade unívoca que a ordem global tenta lhes impor. Os lugares são esquizofrênicos (SANTOS, 2003), na medida em que apenas parte deles acolhe as imposições da ordem hegemônica global,

enquanto que outra parte, constituída pelo aumento do contingente dos excluídos e marginalizados, produzido por essa mesma ordem, funciona como limite a essa racionalidade hegemônica. Boaventura de Sousa Santos (2004 b) faz referência às possibilidades de consolidação de movimentos contra-hegemônicos de amplitude global, desenvolvidos através do diálogo entre movimentos e práticas culturais contestadoras. Desse diálogo, que adquire corpo através de processos interculturais de tradução, emergem fortes movimentos cuja lógica se rivaliza com a racionalidade da própria globalização hegemônica. Esse diálogo, a própria construção da contra-hegemonia, se dá no nível das escalas locais.

As grafias dos fluxos globais contemporâneos ou quaisquer outras grafias do espaço são incapazes de recobrir ponto a ponto as grafias anteriores. O desenvolvimento dos sistemas técnicos, a velocidade da difusão das informações, que possibilitam a mundialização da produção e, conseqüentemente, dos lugares, longe de suprimirem os lugares, impõem-lhes uma nova organização, alterando a nossa relação com o mundo, que passa a ser local-global:

A ordem global funda as escalas superiores ou externas à escala do cotidiano. Seus parâmetros são a razão técnica e operacional, o cálculo de função, a linguagem matemática. A ordem local funda a escala do cotidiano, e seus parâmetros são a co-presença, a vizinhança, a intimidade, a emoção, a cooperação e a socialização com base na contigüidade. A ordem global é “desterritorializada”, no sentido de que separa o centro da ação e a sede da ação. Seu “espaço”, movediço e inconstante, é formado por pontos, cuja existência funcional é dependente de fatores externos. A ordem local, que “reterritorializa”, é a do espaço banal, espaço irreduzível porque reúne numa mesma lógica interna todos os seus elementos: homens, empresas, instituições, formas sociais e jurídicas e formas geográficas. O cotidiano imediato, localmente

vivido, traço de união de todos esses dados, é a garantia da comunicação. Cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente.” (SANTOS, 2002 a, p. 339).

A despeito da película de cobertura estendida pelos fluxos globais, os lugares emergem, exibindo a sua história repleta de diferenças, particularidades, diversidade. Para Milton Santos (2002 a, p. 338), o mundo só existe a partir dos lugares: “É o lugar que oferece ao movimento do mundo a possibilidade de sua realização mais eficaz. Para se tornar *espaço*, o Mundo depende das virtualidades do Lugar.”

A imagem da rasura dos lugares não deve, portanto, sugerir a supressão das antigas grafias. Como num papiro ou num pergaminho, constantemente raspado para receber novas escritas, que, em princípio, se sobreporiam umas às outras na mesma superfície, a sobreposição não abrange toda a superfície, mas apenas alguns trechos dela: vestígios de letras, traços, sinais, tratados, aqui, como *grafemas*, resistem ao processo de rasura ou raspagem, emergindo nas novas escritas, compondo camadas de superfícies eivadas de esgarçamentos que deixam entrever por suas fissuras a coexistência de traços antigos com novos traços. Assim é que, no mesmo sítio, trechos de cidades antigas, por exemplo, convivem e comunicam-se com fragmentos de cidades contemporâneas. Produz-se aí uma superfície complexa, heterogênea, irregular, repleta de rugosidades, já que composta de camadas de superfícies de tempos diversos, marcadas por grafias e grafemas do presente e do passado.

A tão utilizada imagem do palimpsesto serve mais uma vez aqui, não apenas à compreensão da paisagem, mas de todo o espaço, com seus lugares, territórios e regiões em constantes e contínuas mutações, afeitos a processos sucessivos de grafias e rasuras diversas. Assim como são escritos ou grafados, num determinado momento, as paisagens, os territórios, as regiões e os lugares são constantemente rasurados e reescritos pela própria dinâmica socioespacial. As inevitáveis rugosidades produzidas por essas reescritas representam e evidenciam os limites ao escoamento total das superfícies grafadas, à sua padronização ou homogeneização, à rasura absoluta, isenta de vestígios, imune aos borrões, livre de grafemas: “[...] as condições preexistentes em cada lugar, o seu estoque de recursos, materiais ou não, e de organização — essas rugosidades [...]” (SANTOS, 2002 a, p. 203) diferenciam os lugares, fazendo com que deles se manifestem as próprias condições de sua resistência, os limites à sua homogeneização.

Não há rasuras que não deixem vestígios. Mesmo quando se compara uma superfície mais antiga a uma mais recente, nos lugares aparentemente transmutados por completo, lá estão os antigos traços, marcados na história dos lugares e dos homens, na sua origem e nos modos de vida que eles desenvolveram.



### 2.2.1. Grafias e rasuras do sertão

No processo de rasura e reescrita dos lugares e do espaço de modo geral, rasuram-se e reescrevem-se também, evidentemente, as suas representações, as suas imagens, já que os lugares, o espaço são feitos de suas imagens. Lugares representados no imaginário social como pacatos e pouco desenvolvidos, por exemplo, podem passar a ser vistos como “modernos”, urbanizados, desenvolvidos.

O caso dos espaços denominados sertões talvez seja o exemplo mais contundente, em grande escala, desse processo. Assim que os portugueses fundaram as primeiras povoações no litoral, de norte a sul, das terras que constituiriam o Brasil, todo o território que se estendia para além do litoral conhecido, para além das povoações litorâneas, era denominado sertão. Desse modo, o interior do continente, como todo território desconhecido, foi preenchido por uma significação ambígua, de atração e repulsa, lugar do maravilhoso e do tenebroso, de riquezas, monstros e perigos diversos oferecidos por uma natureza bruta, assim como foi o mar antes de se lançarem os reinos europeus às grandes navegações. O sertão começava, então, tão logo se saía dos limites das povoações de Salvador (cidade da Bahia), Rio de Janeiro, Paraty e São Vicente. Realizadas as primeiras incursões pelo interior das terras e, fundadas as povoações que dariam origem à cidade de São Paulo e algumas cidades do Vale do Paraíba, essa região

deixa de ser representada como sertão e as terras que constituiriam o estado de Minas Gerais<sup>20</sup> é que passam a ser representadas como sertão. Na medida em que a colonização avançava pelo interior do continente, rasurava-se a representação dos espaços conquistados como sertões e o sertão ou os sertões migravam para mais adiante: ao perderem a guerra para os emboabas (estrangeiros provenientes de partes diversas da Europa), os bandeirantes paulistas empreenderam novas incursões pelo interior do continente em busca do ouro, dessa vez nas regiões que constituiriam os estados de Goiás e Mato Grosso, espaços, então, denominados sertões.

Esses são apenas alguns exemplos de espaços grafados e posteriormente rasurados, em alguns trechos, ao longo do tempo, como sertões. Espaços rasurados apenas em alguns trechos, porque algumas partes de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso permanecem, atualmente, compreendidas por parte de seus habitantes, como sertões.

Segundo Janaína Amado:

Em Santa Catarina, ainda hoje se emprega a expressão “sertão” para referir-se ao extremo oeste do estado. Em partes do Paraná, a mesma expressão identifica uma área do interior de outro estado, — São Paulo, próximo a Sorocaba (provavelmente, uma reminiscência dos antigos caminhos das tropas). No Amazonas, “sertão de dentro” refere-se à fronteira do estado com a Venezuela, enquanto, no interior do Rio Grande do Sul, “sertão de fora” também nomeia área de fronteira, porém

---

<sup>20</sup> Da povoação, fundada pelos jesuítas, que deu origem à cidade de São Paulo, partiram as primeiras bandeiras em busca do ouro e do apresamento de índios, rumo à “rica”, “perigosa” e “desconhecida” região das “minas”, considerada sertão à época.

situada... no Uruguai! “Sertão” é também uma referência institucionalizada sobre o espaço no Brasil: segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), designa oficialmente uma das subáreas nordestinas, árida e pobre, situada a oeste das duas outras, a saber: “agreste” e “zona da mata.” (AMADO, 1995, p. 145).

Os sertões se disseminaram e se disseminam do norte ao sul do País, assumindo as mais diversas territorialidades e significações ao longo do tempo: lugar desconhecido, perigoso, bárbaro, selvagem, incivilizado, de natureza bruta, rico, pobre. Desabitado ou pouco povoado, oeste, deserto, longínquo, distante das regiões povoadas, interior, isolado, sem lei. Terra rude, áspera e árida onde sobrevivem sujeitos fortes, capazes de extrair, mesmo da falta, as condições para a sua sobrevivência.

Conceito grafado, no princípio, pelo imaginário do colonizador português, é, portanto, do seu ponto de vista que o sertão apresentava estas características: distante, longínquo, em relação ao litoral colonizado e à Metrópole; desconhecido, bárbaro, selvagem e incivilizado para os homens brancos; desabitado, apenas de homens brancos; isolado, física e culturalmente, de uma cultura específica, a européia. Para essa cultura, à época da colonização, o índio, assim como, posteriormente, o negro, escravo minerador, não eram contados como habitantes, como sujeitos. Símbolo da barbárie para o colonizador, o índio representava, portanto, um obstáculo ao avanço da colonização, por isso deveria ser extinto ou dominado para servir como escravo.

Janaína Amado nos chama a atenção para as diversas possibilidades de significação das quais os espaços denominados sertões foram preenchidos, na época colonial, de acordo com o ponto de vista de quem os vivenciava:

Se para um habitante de Lisboa, o Brasil todo era um grande sertão, para o habitante do Rio de Janeiro, no século XVI, ele começava logo além dos limites da cidade (por exemplo, na atual Nova Iguaçu), no obscuro desconhecido espaço dos indígenas, feras e espíritos indomáveis; para o bandeirante paulista do século XVI ou XVII, o sertão eram os atuais Minas, Mato Grosso e Goiás, interiores perigosos mas dourados, fontes de mortandades e riquezas, *locus* do desejo; para os governantes lusos dessas mesmas capitanias, entretanto, o sertão era o exílio a que haviam sido temporariamente relegados, em seus tão bons serviços prestados à Coroa [...] sertão, necessariamente foi apropriado por alguns habitantes do Brasil colonial de modo diametralmente oposto. Para alguns degredados, para os homiziados, para muitos perseguidos pela justiça real e pela Inquisição, para os escravos fugidos, para os índios perseguidos, para os vários miseráveis e leprosos, para, enfim os expulsos da sociedade colonial, “sertão” representava liberdade e esperança; liberdade em relação a uma sociedade que os oprimia, esperança de outra vida, melhor, mais feliz. [...] Inferno ou paraíso, tudo dependeria do lugar de quem falava. (AMADO, 1995, p. 150).

Para o colonizador e seus predecessores, sujeitos detentores do poder que assumiriam o comando da futura nação, o sertão é, portanto, o espaço do *outro*, parte desconhecida e negada deles mesmos. No fim do século XIX, com a proclamação da República, o desejo de ocupar o espaço territorial da nação, com o intuito de “[...] ‘atualizar’ o Brasil com o ritmo das nações européias ou com os Estados Unidos [...]” (ARRUDA, 2000, p. 19) faz nascer várias políticas que culminam no início do processo de urbanização do País: criam-se as Comissões Geográficas e Geológicas com o objetivo de mapear e reconhecer os terrenos até então inexplorados, desconhecidos. Com esse intuito, técnicos, engenheiros,

militares, médicos e políticos empreendem diversas expedições pelos terrenos então denominados sertões. Essas políticas, à maneira das políticas coloniais, viam nos espaços denominados sertões e em seus habitantes, índios, negros<sup>21</sup> e, posteriormente, sertanejos (os nascidos na terra, resultado da mistura de europeus com índios e negros), um obstáculo ao avanço da modernidade, da “civilização”. Os discursos que legitimaram tais políticas apoiaram-se na idéia positivista de progresso da qual os terrenos ainda inexplorados na época, denominados sertões, eram a antítese:

[...] o discurso da Comissão Geográfica e Geológica elege como o seu objetivo a “civilização” e o indígena como o seu maior inimigo para civilizar o “sertão”. [...] Os termos presentes nos discursos demonstram que os envolvidos acreditam estar em uma verdadeira “guerra”. Uma guerra contra o “atraso” ou, em outros termos, a civilização/cultura, representada pelos técnicos, engenheiros e autoridades, contra a barbárie/natureza, representada primeiramente, pelos “índios ferozes”, depois pela “natureza” inexplorada e também pelo “atraso” dos sertanejos. (ARRUDA, 2000, p. 30-31).

Reforça-se, assim, a perspectiva dicotômica na forma de compreender e grafar os sertões, cujas bases se encontram no período colonial e disseminam seus vestígios até hoje: sertão *versus* litoral; barbárie *versus* civilização; natureza bruta *versus* cidade ou sertão *versus* cidade; avançado, moderno, desenvolvido *versus* atrasado.

---

<sup>21</sup> Criados para registrar a memória, compondo a história da nação que surgia, os Institutos Históricos e Geográficos excluíram os índios e negros da desejada nação forjada por eles, conforme nos mostra Gilmar Arruda (2000).

Na medida em que a urbanização avançava, intensificava-se também o processo de transformação das paisagens e as grafias dos espaços denominados sertões iam sendo rasuradas para dar lugar a novas grafias, novas representações, novas imagens: sob o signo do moderno, do civilizado, do desenvolvido, a cidade se impunha sobre a densa e perigosa floresta, sobre o desconhecido, sobre o “sertão”, e, assim, o sertão, se constituía como o *outro*, “atrasado”, “incivilizado”, “sem lei”, “subdesenvolvido”.

Para Lúcia Lippi Oliveira,

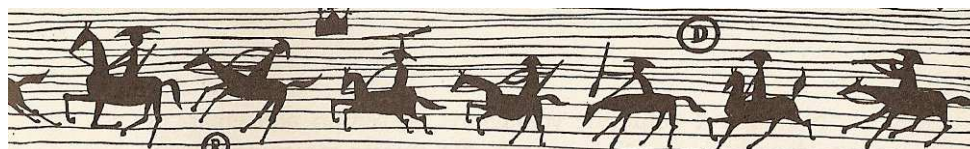
Duas perceptivas na conotação de sertão podem ser identificadas com a tradição romântica e a realista no trato do espaço geográfico e do homem que o habita. Na perspectiva romântica, o sertanejo aparece como símbolo da nacionalidade pelo seu admirável modo de vida, caracterizado pela destreza e pela simplicidade. Natureza e organização social se fundem na base deste julgamento positivo, opondo-se à vida degradada e corrompida do litoral, ou seja, das cidades. Na perspectiva realista, a vida interior perde esta visão idealizada. O sertão passa a ser visto como um problema para a nação e se opõe à urbanidade do litoral. Sob a visão cientificista do final do século XIX, as explicações raciais sustentam uma suspeita sobre tipos miscigenados portadores da degeneração. (OLIVEIRA, 2000, p. 71).

De mata exuberante a deserto, tanto no sentido de área desabitada como árida, de cerrado à caatinga, *sertão* nomeou e nomeia paisagens e espacialidades distintas, assumindo diversas imagens, significações. Está em toda a parte, como concluiu Guimarães Rosa (1986). Não há como mapeá-lo ou localizá-lo precisamente. O sertão não aponta para um lugar único quando se pensa no lugar apenas como um ponto do espaço. É um sistema complexo, feito de

representações, imagens e discursos que se alteram ao longo do tempo, como resultado das próprias transformações por que passa a sociedade e o espaço que ela produz. São vários os sertões que se disseminaram e se disseminam no tempo e no espaço. O sertão ou os sertões são feitos de representações espaciais datadas, construídas historicamente pelo imaginário social e pelas ações dos homens nas quais, inevitavelmente, esse imaginário está incluído. São feitos de grafias produzidas pela história dos sujeitos de fora e de dentro dos espaços grafados. Grafias suscetíveis a rasuras e reescritas diversas que revelam o cotidiano dos homens, com suas ambigüidades e contradições, em tempos e espaços específicos, de acordo com as representações selecionadas para o estudo desses espaços. Entraremos aqui no universo dos sertões grafados por Guimarães Rosa no romance *Grande Sertão: Veredas*.



### 3. IMAGENS DO SERTÃO EM *GRANDE SERTÃO:* *VEREDAS*



### 3.1. Lugar Sertão se Divulga<sup>22</sup>

De etimologia controversa, a palavra “sertão” aparece, pela primeira vez, em referência às terras que constituiriam o Brasil, na carta de Pero Vaz de Caminha, no século XVI, para designar todo o território recém-descoberto pelos portugueses: “Mas segundo os arvoredos são mui muitos e grandes, e de infinitas maneiras não duvido que por esse sertão haja muitas aves!” (CORTESÃO, 2005, p. 111).

Colonizada a região litorânea, sertão passou a designar toda a área que se estendia para além do litoral conhecido. Janaína Amado encontrou diferentes versões para a origem da palavra:

Segundo alguns estudiosos (NUNES, 1784, p. 428), “sertão” ou “certão” seria corruptela de “desertão”; segundo outros (TELES, 1991), proviria do latim clássico *serere*, *sertanum* (traçado, entrelaçado, embrulhado), *desertum* (desertor, aquele que sai da fileira e da ordem) e *desertanum* (lugar desconhecido para onde foi o desertor). (AMADO, 1995, p. 148).

Para Walnice Nogueira Galvão, entretanto, a origem da palavra sertão já foi elucidada pelo cuidadoso estudo de Gustavo Barroso (1983), que descarta a idéia de que a palavra seria corruptela de *desertão*:

---

<sup>22</sup> Neste capítulo, são utilizados, com muita frequência, extratos da obra *Grande Sertão: Veredas*. Por isso, para facilitar a leitura das referências, optou-se pela forma abreviada, GSV, em sobrescrito, seguida da indicação do número da página onde se encontra a citação.

Num paciente trabalho de erudição, Gustavo Barroso percorre os principais dicionários e autores clássicos portugueses e brasileiros, chegando a algumas conclusões. Que, por exemplo, a palavra já era usada na África e até mesmo em Portugal. Ainda mais, que nada tinha a ver com a noção de deserto (aridez, secura, esterilidade) mas sim com a de “interior”, de distante da costa: por isso, o sertão pode até ser formado por florestas, contanto que sejam afastadas do mar. [...] O vocábulo se escrevia mais freqüentemente com c (*certam* e *certão* [...]) do que com s. E vai encontrar a etimologia correta no *Dicionário da língua bunda de Angola*, de frei Bernardo Maria de Carnecatim (1804), onde o verbete *muceltão*, bem como sua corruptela *certão*, é dado como *locus mediterraneus*, isto é, um lugar que fica no centro ou no meio das terras. Ainda mais, na língua original era sinônimo de “mato”, sentido correntemente usado na África Portuguesa, só depois ampliando-se para “mato longe da costa”. Os portugueses levaram-na para sua pátria e logo trouxeram-na para o Brasil, onde teve longa vida, aplicação e destino literário. (GALVÃO, 2001, p. 16).

Grafado, em princípio, pelo imaginário colonial, o sertão foi se constituindo, assumindo, nos mais de quinhentos anos de história do País, as mais diversas significações, paisagens e territorialidades ao longo do tempo: lugar incomensurável, longínquo, selvagem, incivilizado, desabitado ou pouco povoado, oeste, interior, rico, isolado, sem lei, deserto, áspero, árido, pobre. Propagou-se e ainda se propaga por todo o país. Subsistiu e ainda subsiste em regiões áridas e úmidas, de caatinga e de floresta, várzea e cerrado.

Sertão é universo complexo, espaço migrante, de cartografia volátil e, portanto, de uma geografia não cartografável convencionalmente. Mapeá-lo, fixando-o em pontos e linhas é contradizer a sua natureza ambígua, fugidia, descontínua, inconclusa, movediça, transitória. Uma cartografia convencional, aquela que traça mapas feitos de pontos e linhas, não é capaz de dizer onde se localiza o sertão e muito menos do que ele é feito. Evidentemente toda cartografia,

como qualquer outro tipo de representação, é datada e, além disso, nenhuma tem a pretensão de dar conta da “vida” que se desdobra para além dos pontos, linhas e cores das quais se utiliza para representar o que quer que seja: países, estados, cidades, rodovias, ferrovias, estradas, caminhos, relevos, vegetação, rios, proximidades e distâncias.

Não se pode dizer que o sertão se localiza em um único ponto ou em pontos fixos. Sua natureza, muito mais complexa, declina de qualquer possibilidade de representação pontual, cartográfica. A não ser que se pense numa cartografia metafórica do sertão: linhas que se desenham e se redesenham, grafam-se e rasuram-se, todo o tempo, compondo um esboço movente e mutante, sem base fixa, capaz de se transferir e se transportar para espaços e tempos diversos, numa intensa, complexa, densa e infinita travessia, carregada de significações as mais distintas. Uma cartografia verbal e volátil, feita de topografias verbais, migrantes, relevos de palavras que se grafam e se apagam, evolvem-se. Fascinado pelo universo do sertão, pelo sertanejo e por sua cultura, com os quais manteve contato durante o tempo em que atuou como médico no interior mineiro e durante as suas viagens com sertanejos, como Manuelzão, por exemplo, Guimarães Rosa parece desenhar esse esboço, esse tipo de cartografia do sertão, em *Grande Sertão: Veredas*. No romance, tanto as marcas espaciais quanto temporais parecem ter sido intencionalmente camufladas pelo escritor, numa espécie de jogo narrativo cuja regra básica é a invenção fundada na mistura de lugares, situações, linguagens e

homens “reais”<sup>23</sup> e ficcionais. Uma narrativa que, conforme já nos adverte o narrador, “[...] é como jogo de baralho, verte, reverte [...]”<sup>GVS,82</sup>, apontando, não apenas para o ir e vir casual da memória do narrador (que não relata linearmente os fatos), mas para a imprecisão, a indeterminação, a ambigüidade, a polissemia, a complexidade e a impossibilidade de localização e definição exatas da matéria essencial de seu relato, “matéria vertente” — o sertão — um grande sertão. Assim como Riobaldo, personagem narrador do romance, que muito aprecia uma história cuja continuação é inventada, — já que “No real da vida, as coisas acabam com menos formato [...] Pelejar por exato, dá erro contra a gente [...]”<sup>GSV,70</sup> —, Guimarães Rosa recria o sertão a partir da mistura de uma geografia e uma história “reais” e ficcionais.

É claro que é possível dizer que a história relatada por Riobaldo se passa, aproximadamente, entre o fim do século dezenove e o início do século vinte, já que o seu relato retrata o apogeu e a decadência da jagunçagem. Também é possível afirmar que o espaço abordado no romance abrange os estados de Minas Gerais, Goiás e Bahia. Há muitas marcas desse tempo e desse espaço no texto. Há autores que fizeram cuidadosos estudos desse espaço (VIGGIANO, 1974<sup>24</sup>; BOLLE,

---

<sup>23</sup> Manoel Tavares de Sá, Francisco Leobas de França Antunes, João Brandão, Antônio Dó, Horácio de Matos e Rotílio da Manduca, segundo Wille Bolle (2004, p. 105-106).

<sup>24</sup> Alan Viggiano rastreia as localidades mencionadas no romance, chegando à conclusão de que, das cerca de 230, dentre rios, cidades, vilas, povoados, serras, córregos, mais de 180 podem ser encontradas no mapa.

2004<sup>25</sup>), inclusive representando-o através de vários mapas. Entretanto, neste trabalho, defende-se a idéia de que a “camuflagem” do tempo<sup>26</sup> e, principalmente, do espaço, realizada por Guimarães Rosa, através do personagem protagonista Riobaldo, é mais uma estratégia do romancista para defender a idéia, presente em todo o texto, de que o sertão não é passível de mapeamento, de localização exata, precisa. Sua complexa natureza não pode ser compreendida por cartografias convencionais.

Já na página de abertura do romance, surge a idéia da controversa localização do sertão:

O senhor tolere, isto é o sertão. Uns querem que não seja: que situado sertão é por os campos-gerais a fora a dentro, eles dizem, fim de rumo, terras altas, demais do Urucuia. Toleima. Para os de Corinto e do Curvelo, então, o aqui não é dito sertão? Ah, que tem maior! Lugar sertão se divulga: é onde os pastos carecem de fechos, onde um pode torar dez, quinze léguas, sem topar com casa de morador, e onde criminoso vive seu cristo-jesus, arredado do arrojo de autoridade. O Urucuia vem dos montões oestes. Mas, hoje, que na beira dele tudo dá — fazendões de fazendas, almargem de vargens de bom render, as vazantes, culturas que vão de mata em mata, madeiras de grossura, até virgens dessas lá ainda

---

<sup>25</sup> Ao apresentar mapas do sertão percorrido por Riobaldo, Willi Bolle (2004, p. 66) nos chama a atenção para a “imprecisão estratégica da ficção”, esclarecendo que “[...] quem mapeia o *Grande Sertão* precisa ter em mente que o romancista trabalha no limite da cartografia: ele usa sim, muitas referências geográficas reais, mas se reserva sempre a liberdade de inventar.”

<sup>26</sup> Riobaldo não faz referências à cronologia de suas deambulações a não ser a partir de pequenas indicações, às vezes bastante vagas, como, por exemplo, ao se referir à certidão de nascimento do personagem Diadorim, quando diz que consta do documento “[...] um 11 de setembro da era de 1800 e tantos...”<sup>GSV,535</sup> Encontra um velho que falava “[...] no tempo do Bom imperador.”<sup>GSV,458</sup> Entretanto, era homem “[...] no sistema de quase-doido[...].”<sup>GSV,458</sup> Refere-se à construção de uma estrada de ferro que passaria no Curralinho, atual Corinto, segundo Waldemar Barbosa (1995), “[...]em breves tempos[...].”<sup>GSV,106</sup> É, ainda, Waldemar Barbosa (1995) quem nos informa que a Estrada de Ferro Central do Brasil foi inaugurada em Corinto em 20 de março de 1906. Em dois momentos, Riobaldo se refere mais claramente ao fim do século XIX, quando relata a tomada de todos os portos de Januária e Carinhanha “[...] nas eras do ano de 79”<sup>GSV,94</sup>, chefiada pelo Neco, Manoel Tavares de Sá, figura histórica que atacou essas cidades em 1879, segundo Wille Bolle (2004, p. 105); e quando menciona o ataque à cidade de São Francisco “nas eras de 96 [...]”<sup>GSV,143</sup> chefiado por Andalécio e Antônio Dó. Esse último também personagem histórico, segundo Bolle (2004, p. 106).

há. O *gerais* corre em volta. Esses gerais são sem tamanho. Enfim, cada um o que quer aprova, o senhor sabe: pão ou pães, é questão de opiniões... O sertão está em toda a parte.<sup>GSV,61</sup>

Segundo Nilce Sant'Anna Martins (2001, p. 172), o verbo "divulgar" é usado com mais frequência, em *Grande Sertão: Veredas*, no sentido de perceber, ver, saber, compreender, do que em sua acepção mais comum: publicar, difundir, propagar. No trecho citado, o verbo pode ser lido nas duas acepções. Sertão é aquilo que os habitantes do lugar vêem, percebem, compreendem como sertão. Lugar que se propaga, se difunde por toda parte. Lugar que se divulga, se diz que é sertão. Trata-se, portanto, de um espaço fundamentalmente subjetivo e movente, migrante, mutante, grafável e rasurável e, por isso, de difícil apreensão.

Presente no trecho citado está também a idéia de sertão como espaço interminável, deserto, no sentido de pouco habitado, e sem lei institucionalizada. Lugar para onde fogem os fora-da-lei, os marginais. E, ainda, duas imagens recorrentes no romance. A de um sertão transmutado pelo tempo, conforme se pode perceber pela transformação da paisagem: as margens do rio Urucuia passam a exibir grandes fazendas que se ocupam da agropecuária: "almargem" (pastagem, conforme MARTINS, 2001, p. 23) e "culturas". E a imagem d(o) *gerais* que "corre em volta", percorrendo todo o texto. Essa última apresenta-se sob o signo da incógnita, assumindo várias significações, paisagens e espacialidades, confundindo-se com a própria imagem do sertão. Aparece de modo genérico, como sinônimo de todo o espaço físico denominado sertão: "Medeiro Vaz, antes

de sair pelos Gerais com mão de justiça, botou fogo em sua casa [...]”<sup>GSV,120</sup> De modo específico, como parte do todo nominado como sertão: “Joaquim Beiju, rastreador, de todos esses sertões dos Gerais sabente [...]”<sup>GSV,279</sup> Como paisagem/lugar comum a determinados estados: “Como contam também que nos Gerais goianos se salga o de comer com suor de cavalo...”<sup>GSV,438</sup> “[...] a gente ia se frentear, em algum trecho, nos Gerais de Minas Gerais.”<sup>GSV,478</sup> Como espaço de paisagem desértica, tanto no sentido de lugar desabitado, quanto árido: “[...] a gente rompeu adiante, com bons cavalos novos para retroco. Sobre os *gerais* planos de areia, cheios de nada.”<sup>GSV,461</sup> Paisagem árida que revela a pobreza:

Por certo, que, para a jagunçagem, os Gerais mal serviam. A pobreza daquelas terras, só pobreza, a sina tristezinha do pouco povo. Aonde o povo no rareado, pelo que faltava de água naquelas chapadas; e a brabeza do gado, que caminhava em triste achar.<sup>GSV,410-411</sup>

Paisagem marcada por rios, água em abundância: “[...] eu era Riobaldo, com meus homens, trazendo glória e justiça em território dos Gerais de todos esses grandes rios que do poente para o nascente vão, desde que o mundo mundo é, enquanto Deus dura!”<sup>GSV,389</sup> Águas subterrâneas: “O senhor vê, nos Gerais longe: nuns lugares, encostando o ouvido no chão, se escuta barulho de fortes águas, que vão rolando debaixo da terra. O senhor dorme sobre um rio?”<sup>GSV,255</sup> Águas de chuva: “[...] eles sabem como o Gerais é espaçoso; como no Gerais tem disso: que, passando noite tão serena, desse de manhã o desabe de repente daquela chuva...”<sup>GSV,496</sup> Paisagem de belezas: “Esses Gerais em serras planas, beleza por ser

tudo tão grande, repondo a gente pequenino.”<sup>GSV,276</sup> Gerais é também paisagem em que se depara com aquilo que é feio. Nos Gerais, tudo cabe: “E por fim viemos esbarrar num lugar feio, como feio não se vê. — Tudo é Gerais... — eu pensei, por consolo.”<sup>GSV,352</sup>

Francis Utéza assim resume a potencialidade assumida pela imagem dos Gerais no romance:

Sublinhado por itálicos no texto e determinado por um surpreendente singular, “o” Gerais, terra do Urucuia, erige-se em arquétipo, o que confirma o plural, conforme à norma gramatical, que lhe segue imediatamente: *sem tamanho*. Incomensurável, esse espaço contém tudo — gerais. Fora e dentro, margem esquerda e margem direita, singular e plural, montanha e vale, fértil e deserto, vazio e cheio, o sertão-gerais nada mais tem a ver com a geografia de Minas. (UTÉZA, 1994, p. 66).

O romance *Grande Sertão: Veredas* é construído na forma de relato, feito pelo personagem Riobaldo já velho, ex-jagunço, e respeitável fazendeiro, a alguém a quem ele se refere, todo o tempo, como “senhor”, um “homem instruído, que teria vindo da cidade e tem carta de doutor”, nas palavras do personagem. Esse senhor, espécie de *alter ego* de Guimarães Rosa, — e que pode ser também qualquer um de nós, leitores do romance —, interessado em conhecer o cotidiano do sertão vivido por um ex-chefe jagunço, recolhe o depoimento de Riobaldo, numa espécie de entrevista. Ele anota, em sua caderneta<sup>27</sup>, as longas e intensas deambulações e

---

<sup>27</sup> Em suas viagens pelos sertões, no contato com sertanejos, à maneira do “senhor”, interlocutor do sertanejo Riobaldo, Guimarães Rosa anotava, em suas cadernetas, a linguagem, os costumes, as paisagens, enfim tudo que o lhe despertava interesse na cultura sertaneja. Eram “[...] causos, cantigas, estórias, nomes de pássaros,

vivências de Riobaldo, da sua juventude à maturidade, entre o fim do Império e o início da República, no universo denominado, pelo ex-jagunço, grande sertão. Como se trata de uma história em que se relata um longo período, o narrador nos chama a atenção, todo o tempo, para as transformações sofridas pelo sertão percorrido por ele:

Mas o senhor sério tenciona devassar a raso este mar de territórios, para sortimento de conferir o que existe? Tem seus motivos. Agora — digo por mim — o senhor vem, veio tarde. Tempos foram, os costumes demudaram. Quase que, de legítimo leal, pouco sobra, nem não sobra mais nada. Os bandos bons de valentões repartiram seu fim, muito que foi jagunço, por aí pena, pede esmola. Mesmo que os vaqueiros duvidam de vir no comércio vestidos de roupa inteira de couro, acham que traje de gibão é feio e capiau. E até o gado grameal vai minguando menos bravo, mais educado: casteado de zebu, desvém com o resto de curraleiro e de crioulo. Sempre, no gerais, é à pobreza, à tristeza. Uma tristeza que até alegre. Mas, então, para uma safra razoável de bizarrices, reconselho de o senhor entestar viagem mais dilatada. Não fosse por meu despoder, por azias e reumatismo, aí eu ia. Eu guiava o senhor até tudo. <sup>GSV,17</sup>

E Riobaldo nos guia a “Viajar! — mas de outras maneiras: transportar o sim desses horizontes [...]”<sup>GSV,344</sup>, através de suas palavras, de seu relato, conduzindo-nos à travessia, sempre rumo ao Norte<sup>28</sup>, do imenso “mar de territórios” de seus sertões, “Sertão: estes seus vazios. O senhor vá. Alguma coisa, ainda encontra.”<sup>GSV,22</sup> Territórios repletos de lugares e paisagens a cujas rasuras ele, um dos raros remanescentes da cultura dos sertões da jagunçagem à época da

---

rios, vegetação”, conforme nos conta Manuelzão, “Seu” Manuel Nardy, vaqueiro e contador de histórias, entrevistado por Marli Fantini (2003, p. 25), que fez uma viagem de condução de boiada com Guimarães Rosa, em 1952.

<sup>28</sup> Outra imagem da imprecisão do sertão, bastante recorrente no texto. Para o norte/noroeste avançou o processo de urbanização brasileira, no século XIX, rasurando muitos espaços compreendidos como sertões à época.

enunciação da narrativa, ex-chefe jagunço, assiste e nos apresenta. Sertões da “política trabuco”<sup>GSV,94</sup>, dos violentos e sangrentos combates entre grupos de jagunços rivais, a serviço da disputa entre grandes proprietários de terra, “homens dos sertões transatos”<sup>GSV,403</sup>, ou seja, pretéritos, e entre jagunços, representantes desses proprietários rurais, e o exército republicano. Esse último era movido pelo ideal positivista de ordem e progresso, portador do desejo de modernizar o sertão, ou seja, retirá-lo da “barbárie”, “do arcaísmo”, povoando-o, urbanizando-o.

Amante e representante da cultura dos sertões transatos — eivada de histórias da tradição oral, superstições, mitos e também de “guerras” (“constante mexer do sertão”<sup>GSV,316</sup>), palavra utilizada pelos jagunços para se referirem aos seus combates — Riobaldo presencia suas transformações, suas rasuras, desconfiado do ideal de progresso veiculado pelos projetos de modernização:

Seo Assis Wababa oxente se prazia, aquela noite, com o que o Vupes noticiava: que em breves tempos os trilhos do trem-de-ferro se armavam de chegar até lá, o Curralinho então se destinava ser lugar comercial de todo valor. Seu Assis Wababa engordava concordando, trouxe canjirão de vinho. Me alembro: eu entrei no que imaginei — na iluzãozinha de que para mim também estava tudo assim resolvido, o progresso moderno: e que me representava ali rico, estabelecido. Mesmo vi como seria bom se fosse verdade. <sup>GSV,105-106</sup>

Ao tempo da enunciação da história, o narrador sabe da existência das ruínas de arraiais, como o Paredão, em que travou seu último combate e onde “[...] ninguém mora mais. As casas vazias. Tem até sobrado.”<sup>GSV,81</sup> Sabe também que os lugares se transformaram e tiveram seus nomes alterados, “perderam o ser”, como

já havia presenciado no tempo em que fazia suas deambulações como jagunço pelos Currais-do-Padre, “[...] lugar que não tinha curral nenhum, nem padre: só o buritizal, com um morador.”<sup>GSV,333</sup> Constata, ainda, a alteração dos nomes dos lugares próximos às fontes do rio Verde, “que verte no Paracatu”:

Perto de lá tem vila grande — que se chamou *Alegres* — o senhor vá ver. Hoje, mudou de nome, mudaram. Todos os nomes eles vão alterando. É em senhas. *São Romão* todo mundo não se chamou de primeiro *Vila Risonha*? O *Cedro* e o *Bagre* não perderam o ser? O *Tabuleiro-Grande*? — Como é que podem remover uns nomes assim? O senhor concorda? Nome de lugar onde alguém já nasceu, devia de estar sagrado.”<sup>GSV,32</sup>

Conclui que “[...] o mundo quer ficar sem sertão”, quando se lembra de um lugar “[...] que não tem mais, não encontra”<sup>GSV,252</sup>, como a Guararavacã do Guaicuí<sup>29</sup> que se transformou em Caixeirópolis. Entretanto, a despeito da “[...] boa estrada rodageira, de Pirapora a Paracatu, por aí...”<sup>GSV,18</sup>, que o Governo mandava abrir à época em que Riobaldo contava a sua história, da presença dos trilhos do trem, dos “bandos bons de valentões que repartiram seu fim”<sup>GSV,17</sup>, dos costumes que “demudaram”, da presença da cidade que “[...] acaba com o sertão [...]

---

<sup>29</sup> Segundo Heloisa Starling, “A rigor são múltiplas as referências que entrelaçam Barra do Guaicuí à narrativa de *Grande Sertão: Veredas*. De pronto, por sua localização geográfica e pelo papel econômico que desempenhou na margem direita do São Francisco, este vilarejo parece erguer-se sobre as ruínas da Guararavacã do Guaicuí, o lugar mítico onde Riobaldo aprendeu que o privado não é só privatividade e também comporta uma dimensão única de felicidade. Além disso, da mesma maneira como a Guararavacã desapareceu, devastada por febres e enchentes, Barra do Guaicuí cedeu vez à Pirapora, em virtude de sua fama de lugar insalubre, assolado pela maleita, cercado de alagadiços e sujeito a inundações. Nesse caso, o entrecruzamento com a ficção parece indicar a existência do duplo espetáculo de ruínas, antigas e, de agora, míticas e históricas, resíduo de lembrança.” (STARLING, 1997, p. 30).

Acaba?”<sup>GSV,144</sup>, muitos lugares permaneciam quase intactos, indiferentes ao ideal progressista republicano:

Lá era, como ainda hoje é, mata alta. Mas, por entre as árvores, se podia ver um carro-de-bois parado, os bois mastigavam com escassa baba indicando vinda de grandes distâncias. Daí, o senhor veja: tanto trabalho, ainda, por causa de uns metros de água mansinha, só por falta duma ponte. Ao que, mais, no carro-de-bois, levam muitos dias, para vencer o que em horas o senhor em seu jipe resolve. Até hoje é assim, por borco.”<sup>GSV,85</sup>

Indiferente a homens que tencionavam tirar o sertão das “estrebarias”, “[...] botando pontes, baseando fábricas, remediando a saúde de todos, preenchendo a pobreza, estreando mil escolas”<sup>GSV,111</sup>, levando “[...] progresso forte, fartura para todos, a alegria nacional”<sup>GSV,243</sup>, como Zé Bebelo, por exemplo; alheio às políticas de ocupação territorial republicanas, que deram início ao processo de urbanização do País, no século XIX, o sertão, compreendido como espaço pouco assistido pelos governos, permaneceu e permanece, vez ou outra migrando, mudando de lugar, como bem sabia o inventor de Riobaldo: “[...] o sertão está movimentante todo-tempo — salvo que o senhor não vê; é que nem braços de balança, para enormes efeitos de leves pesos... Rodeando por terras tão longes;”<sup>GSV,456</sup> Sertão é espaço migrante, grafável e rasurável, polissêmico, que se propaga por toda parte e, por isso, refratário a cartografias convencionais e a definições, conceituações precisas:

Sertão velho de idades. Porque — serra pede serra e — dessas, altas, é que o senhor vê bem: como é que o sertão vem e volta. Não adianta se dar as costas. Ele beira aqui, e vai beirar outros lugares, tão distantes.

Rumor dele se escuta. Sertão sendo do sol e os pássaros: urubu, gavião — sempre que voam, às imensidões por sobre... Travessia perigosa, mas é a da vida. Sertão que se alteia e se abaixa. Mas que as curvas dos campos estendem sempre para mais longe.<sup>GSV,479</sup>

*Mbaiá* é o nome que se dá à “arte, artimanha” do disfarce, da camuflagem de “guerra” dos jagunços, “[...] revestidos com moitas verdes e folhagens [...] adequado que, embaiados assim, sempre escapavam muito de nosso ver e mirar.”<sup>GSV,311</sup> É assim que Guimarães Rosa nos vai divulgando o sertão: embaiado, no relato de seu personagem Riobaldo, sertanejo, ex-jagunço, ex-chefe jagunço e, ao final da vida, fazendeiro que, às vezes, pensa “[...] queria ter nascido em cidades [...] para poder ser instruído e inteligente! [...]”<sup>GSV,358</sup> “feito o senhor”, seu interlocutor. A estratégia bélica da camuflagem, ao contrário de seu uso habitual, na guerra, é aplicada, no texto, com relação às marcas temporais e, principalmente, espaciais, no exercício de nos fazer conhecer o sertão, em vez de “fazê-lo muito escapar de nosso ver e mirar”. Espaço complexo, repleto de ambigüidades e paradoxos, é de forma ambígua e paradoxal que se lida com ele, como ambígua é a vida, conforme nos ensina o sertanejo Riobaldo: “Só aos poucos é que o escuro é claro”<sup>GSV,165</sup> ; “A gente sabe mais, de um homem, é o que ele esconde.”<sup>GSV,296</sup> É o sertanejo, que admira “A quanta coisa limpa verdadeira uma pessoa de alta instrução não concebe”<sup>GSV,70</sup> , que fala do sertão ao homem “culto e instruído” da cidade que, em sua caderneta, anota as palavras do jagunço: “O sertão não chama

ninguém às claras; mais, porém, se esconde e acena. Mas o sertão de repente se estremece dentro da gente..."<sup>GSV,461</sup>

É por conhecer o caráter instável, escorregadio, "[...] grande ocultado demais..."<sup>GSV,446</sup> do sertão, por entender que "Sertão, — se diz —, o senhor querendo procurar, nunca não encontra [...]", e que "De repente, por si, quando a gente não espera, o sertão vem."<sup>GSV,335</sup>, conhecimento adquirido sobretudo no contato com sertanejos, que Guimarães Rosa opta por apresentá-lo "embaiado" através da narrativa de Riobaldo. Segundo Willi Bolle:

O trabalho de campo nos leva, portanto, a verificar empiricamente quais são os principais procedimentos de uso ficcional da geografia por parte do romancista: as técnicas de fragmentação, desmontagem, deslocamento, condensação e remontagem. O narrador retira pedaços do sertão real e os recompõe livremente — de maneira análoga aos mapas mentais, que nascem da memória afetiva, de lembranças encobridoras, de pedaços de sonhos e fantasias, medos e desejos. (BOLLE, 2004, p. 71).

Assim como, durante as deambulações de combate, caminha dentro dos riachos ou pisa nas pedras ou, ainda, apaga, com ramos, as marcas do caminho, Riobaldo, em sua narrativa dirigida ao senhor citadino, não deixa nítidas as pegadas do seu trajeto, numa evidência de que, quando "a matéria vertente"<sup>GSV,83</sup> é o sertão, pouco importa o caminho, já que não há mapa a seguir: "A de entre, entramos, pela esquerda e rumo do norte. Desde o depois, o do poente mesmo. Com foras e auroras, estávamos outra vez no público do campo."<sup>GSV,325</sup>

Rumo ao noroeste, para onde costumam migrar os sertões, como se fugissem do processo de urbanização, seguiam Riobaldo e seu bando de jagunços, dobrando léguas e léguas:

[...] em nossos cavalos tão bons, dobramos nove léguas. As nove. Com mais dez, até a Lagoa do Amargoso. E sete, para chegar numa cachoeira Gorutuba. E dez, arranchando entre Quem-Quem e Solidão; e muitas idas marchas: sertão sempre. Sertão é isto: o senhor empurra para trás, mas de repente ele volta a rodear o senhor dos lados. Sertão é quando menos se espera; digo. Mas saímos, saímos. Subimos. Ao quando um belo dia, a gente parava em macias terras, agradáveis. As muitas águas.<sup>GSV,250</sup>



### 3.1.1. do tamanho do mundo

Espaço paradoxal, onde os opostos não se excluem, mas contrastam-se, justapõem-se e se misturam, sertão é o árido e o úmido, o estéril e o fértil, o pobre e o rico, o vazio e o pleno, o distante e o próximo, o fim e o começo, a parte e o todo, a sombra e a luz, o interior e o litoral, a superfície e o subterrâneo, deserto e vereda, “[...] é isto, o senhor sabe: tudo incerto, tudo certo.”<sup>GSV,134</sup>

Lugar de avarezas d’água, chuvas esquecidas, “estralal do sol”<sup>GSV,42</sup>, “[...] chão [...] gretoso e escabro, [...] entranço de vice-versa, com espinhos e restolho de graviá, de áspera raça [...]”<sup>GSV,39</sup>, “[...] pesadelo mesmo de delíros”<sup>GSV,40</sup>, sertão é

também lugar “Muito deleitável”, de “[...] claráguas, fontes, sombreado e sol”, onde “[...] de de comer não faltava.”<sup>GSV,19</sup> Lugar de veredas, “[...] com seus buritis altos e a água ida lambida, donzela de branca, sem um celamim de barro. Diz-se que lá se pesca, e gordas piabas.”<sup>GSV,483</sup>

Riobaldo é um sertanejo marcado por vários dilemas, como, por exemplo, ser ou não ser pactuário, amar ou não amar outro homem (que se revela mulher só depois de morto), matar e não matar, ser jagunço ou fazendeiro. É o lugar em que ele vive, o sertão, que lhe ensina que as coisas são relativas e que o “[...] mundo é muito misturado...”<sup>GSV,192</sup> Sabedoria que ele vai nos ensinando ao longo de sua narrativa: “O senhor ache e não ache. Tudo é e não é... Quase todo mais grave criminoso feroz, sempre é muito bom marido, bom filho, bom pai, e é bom amigo-de-seus-amigos!”<sup>GSV,5</sup> Sabedoria que advém da experiência do olhar, da vivência do lugar:

Melhor, se arrepere: pois num chão, e com igual formato de ramos e folhas, não dá a mandioca mansa, que se come comum, e a mandioca-brava, que mata? Agora o senhor já viu uma estranhez? A mandioca-doce pode de repente virar azangada — motivos não sei; às vezes se diz porque é replantada no terreno sempre, com muitas mudas seguidas, de manaibas — vai em amargando, de tanto em tanto, de si mesma toma peçonhas. E, ora veja: a outra, a mandioca brava, também é que às vezes pode ficar mansa, a esmo, de se comer sem nenhum mal.<sup>GSV,4</sup>

Preencher com relevos de significação a palavra-espço sertão é refletir sobre aquilo que é feito da mistura, da ambigüidade, do paradoxo. Não há

dicotomias. Nem margem direita, nem esquerda, mas *terceira margem* onde tudo e nada cabem concomitantemente.

Aos poucos, na narrativa de Riobaldo, o escuro torna-se claro e, então, podem-se ver, no entrançado de ramos e moitas, os sertanejos, guerreiros *mbaiás*; no Reinaldo, Diadorim, a Maria Deodorina, e em Deus e o Diabo faces de uma só moeda: “[...] homem humano.”<sup>GSV,538</sup> O mesmo lugar visto duas vezes, o Liso do Suçuarão, revela-se, num primeiro momento, “[...] o raso, pior havente, [...] um escampo dos infernos [...] onde se forma calor de morte [...]”<sup>GSV,25</sup> Um lugar em que a paisagem só revela o deserto, o ermo, o extremo, o estéril, onde a ausência de excrementos denuncia a impossibilidade da vida: vazio, chão desvestido, homogêneo, em que “Não se tem onde acostumar os olhos, toda firmeza se dissolve”<sup>GSV,275</sup>, sem água e sem vegetação, em que a excessiva luz assassina e o céu “[...] sem o simples de passarinhos faltantes”<sup>GSV,39</sup> tonteia. Síntese do deserto, na primeira tentativa de travessia, que se revela frustrada, o Liso do Suçuarão se mostra, posteriormente, como síntese do sertão, com sua multiplicidade de lugares, paisagens, territorialidades e significações que exibem sua condição ambígua, ambivalente e híbrida. O que se mostrou, num primeiro momento, como apenas o escasso, o estéril, o vazio, passa a ser, simultaneamente, o escasso e o farto, o estéril e o fértil, o vazio e o cheio.

Na primeira tentativa de travessia, os jagunços sobreviventes só não acabaram “[...] sumidos dextraviados, por meio do regular das estrelas.”<sup>GSV,42</sup> Na

paisagem monocromática, homogênea e indiferenciada do deserto, labirinto aberto, sem portas nem paredes, cujos horizontes dizem, inesgotavelmente, as mesmas linhas, só é possível guiar-se pelas estrelas. Há que se aprender a linguagem delas. Nessa travessia “[...] nada campiou viável”, [...] os homens tramavam zuretados de fome [...]”<sup>GSV,42</sup> Então retornaram, fustigados pelo poder do lugar:

Digo. A igual, igualmente. As chuvas já estavam esquecidas e o miolo mal do sertão residia ali, era um sol em vazios. A gente progredia dumas poucas braças, e calcava o reafundo do areião — areia que escapulia, sem firmeza, puxando os cascos dos cavalos para trás. Depois, se reparaçava um entranço de vice-versa, com espinhos e restolho de graviá, de áspera raça, verde-preto cor de cobra. Caminho não se havendo. Daí, trasla um duro chão rosado ou cinzento, gretoso e escabro — no desentender aquilo os cavalos arupanavam. [...] Será que de lá ainda se podia receder? De devagar, vi visagens. Os companheiros se prosseguindo, só prosseguindo, receei de ter um vagado — como tonteira de truaca. [...] Até que no mesmo padrão de lugar, sem mudança nenhuma, nenhuma árvore nem barranco, nem nada, se viu o sol de um lado deslizar, e a noite armar do outro. [...] Onde é que os animais iam poder pastar? [...] Nem menos sinal de sombra. Água não havia. Capim não havia. A deber os cavalos em cocho armado de couro, e dosar a meio, eles esticando o pescoço para pedir, eles olhavam como para seus cascos, mostrando tudo o que cangavam de esforço, e cada restar de bebida carecia de ser poupado. Se ia o pesadelo. Pesadelo mesmo de delírios. Os cavalos gemiam descrença. Já pouco forneciam. E nós estávamos perdidos. Nenhum poço não se achava. Aquela gente toda sapirava de olhos vermelhos, arroxavam as caras. A luz assassinava demais. Já tinha quem beijava os bentinhos, se rezava. De mim, entreguei alma no corpo, debruçado para a sela, numa quebreira. Até minhas testas formaram de chumbo. Valentia vale em todas as horas? [...] O senhor sabe o que é o frege dum vento, sem uma moita, um pé de parede pra ele se retrasar? [...] Dia da gente desexistir é um certo decreto — por isso que ainda hoje o senhor aqui me vê. Ah, e os poços não se achavam... Alguém já tinha declarado de morto. O Miquim [...] que muito valia em guerreiro, esbarrou e se riu: — “Será que não é sorte?” Depois, se sofreu o grito de um, adiante: — “Estou cego!...” Mais aquele, o do pior — caiu total, virado torto; embaraçando os passos das montadas. De repente os cavalos bobejavam. Vi uma roda de caras de homens. Suas caras. Credo como algum — até as orelhas dele estavam cinzentas. E outro: todo empretecido, e sangrava das capelas e papos-dos-olhos.[...] E foi, saímos dali [...]

<sup>GSV,38-42</sup>

Na segunda tentativa, a travessia se faz, tendo à frente Riobaldo, como o chefe Urutu Branco. Persistente, decidido (“Eu não era o do certo: eu era o da sina.”<sup>GSV,447</sup>), ele muda a tática, intuitivamente guiado por um preceito popular:

Pois os próprios antigos não sabiam que um dia virá, quando a gente pode permanecer deitada em rede ou cama, e as enxadas saindo sozinhas para capinar roça, e as foices, para colherem por si, e o carro indo por sua lei buscar a colheita, e tudo, o que não é homem, é sua, dele obediência? Isso, não pensei — mas meu coração pensava.<sup>GSV,447</sup>

Assim, não envia a patrulha de rastreadores do sertão, o Suzarte, o Joaquim Beiju e o Tipote. “[...] esse Tipote sabia meios de descobrir cacimbas d’água e grotas com o bebível, o Suzarte desempenhava um faro de cachorro-mestre, e Joaquim Beiju conhecia cada recanto dos gerais [...]”<sup>GSV,36</sup> E, ainda, resolve atravessar o liso “[...] sem preparativos nenhuns, nem cargueiros repletos de bom mantimento, nem bois tangidos para carneação, nem bogós de couro-cru derramando de cheios, nem tropa de jegues para carregar água. Para que eu carecia de tantos embaraços?”<sup>GSV,447</sup> A audácia de Riobaldo confirma a idéia de que “[...] sertão é onde o pensamento da gente se forma mais forte que o poder do lugar.”<sup>GSV,17</sup> Dessa vez, o Liso do Suçuarão é inteiramente devassado, revelando surpresas:

O que era, no cujo interior, o Liso do Suçuarão? — era um feio mundo, por si, exagerado. O chão sem se vestir, que quase sem seus tufos de capim seco em apraz e apraz, e que se ia e ia, até não- onde a vista não se achava e se perdia. Com tudo, que tinha de tudo. Os trechos de plano calçado rijo: casco que fere faíscas — cavalo repisa em pedra azul. Depois, o frouxo, palmo de areia de cinza em-sobre pedras. E até barrancos e morretes. A gente estava encostada no sol. Mas, com a sorte nos

mandada, o céu ennuveou, o que deu pronto mormaço, e fresco. Tudo de bom socorro, em az. A uns lugares estranhos. ali tinha carrapato... Que é que chupavam, por miudinho viver? Eh, achamos reses bravas — gado escorraçado fugido, que se acostumaram por lá, ou que de lá não sabiam sair; um gado que assiste por aqueles fins, e que como veados se matava. Mas também dois veados a gente caçou — e tinham achado jeito de estarem gordos ... Ali, então, tinha de tudo? Afiguro que tinha. Sempre ouvi zum de abelha. O dar de aranhas, formigas, abelhas do mato que indicavam flores. Todo o tanto de que sede não se penou demais. Porque, solerte subitamente, pra um mistério do ar, sobrechegamos assim, em paragens. No que o senhor nem ninguém não crê: em paragens com plantas. [...] Mesmo, não era só capim áspero, ou planta peluda como um gambá morto, o cabeça-de-frade pintarroxa, um mandacaru que assustava. Ou o xiquexique espinharol, cobrejando com suas lagartonas, aquilo que, em chuvas, de flor dói em branco. Ou cacto preto, cacto azul, bicho luís-cacheiro. Ah, não. Cavalos iam pisando no quipá, que até rebaixado, esgarço no chão, e começavam as folhagens — que eram urtigão e assa-peixe, e o neves, mas depois a tinta-dos-gentios de flor belazul, que é o anil-trepador, e até essas sertaneja-assim e a maria-zipe, amarelas, pespingue de orvalhosas, e a sinhazinha, muito milindrosa flor, que também guarda muito orvalho pesa tanto: parece que as folhas vão murchar. E erva-curradeira... E a quixabeira que dava quixabas. Digo — se achava água. O que não em- apenas água de touceira de gravatá, conservada. Mas em lugar onde foi córrego morto, cacimba d'água, viável, para os cavalos. Então, alegria. E tinha até uns embrejados, onde só faltava o buriti: palmeira alalã — pelas veredas. E buraco-poço, água que dava prazer em se olhar. Devido que, nas beiras — o senhor crê? — se via a coragem de árvores, árvores de mata, indas que pouco altaneiras: simaruba, o anis, canela-do-brejo, pau-amarante, o pombo; e gameleira. A gameleira branca! [...] Assim achado, tudo, e o mais, sem sobranço nem desgosto, eu apalpei os cheios.<sup>GSV,448-450</sup>

O sertão contém o deserto e muitos outros espaços repletos de paisagens, lugares, territórios. “O sertão aceita todos os nomes: aqui é o Gerais, lá é o Chapadão, lá acolá é a caatinga.”<sup>GSV,432</sup> O deserto, a aridez é apenas uma das múltiplas facetas do sertão. Certamente aquela que ficou mais marcada no imaginário social. Costuma-se associar o sertão, mais comumente, apenas aos espaços áridos e pobres, sobretudo, do Nordeste, já que o IBGE subdividiu essa “região” em quatro áreas, assim designando a área pobre e árida situada ao

extremo oeste, respectivamente, das áreas “agreste”, “zona da mata” e “litoral”. A literatura modernista da chamada geração de 1930, da qual fazem parte, por exemplo, Graciliano Ramos e Raquel de Queirós, talvez tenha contribuído para difundir a idéia de sertão apenas como espaço árido, deserto, já que essa literatura se ocupou, sobretudo, dos sertões nordestinos. Assim, as noções de aridez, esterilidade, deserto, ausentes na origem da palavra sertão, foram sendo, gradualmente, incorporadas, somadas às noções de “interior”, “distante da costa”, sempre presentes nas representações do sertão.

O sertão estende-se para muito além do espaço infértil, pobre, árido e áspero do deserto. Lugar onde cabem a pobreza, a miséria e a resistência de homens que sobrevivem “[...] só por paciência de remendar coisas que nem conheciam [...]”<sup>GSV,341</sup>, homens “[...] reperdidos sem salvação naquele recanto lontão de mundo, groteiros dum sertão, os catrumanos daquelas brenhas [...]”<sup>GSV,337</sup>, “[...] cacundeiros simplórios desse Norte pobre [...]”<sup>GSV,127</sup>, o sertão apresenta-se, também, como lugar da riqueza e da fartura:

E aí esbarramos parada, para demora, num campo solteiro, em varjaria descoberta, pasto de muito gado. [...] O que, por começo corria destino para a gente, ali, era: bondosos dias. Madrugar vagaroso, vadiado, se escutando o grito a mil do pássaro rexenão — que vinham voando, aquelas chusmas pretas, até brilhantes, amanheciam duma restinga de mato, e passavam, sem necessidade nenhuma, a sobre. E as malocas de bois e vacas que se levantavam das malhadas, de acabar de dormir, suspendendo o corpo sem rumor nenhum, no meio-escuro, como um açúcar se derretendo no campo. [...] Todo dia se comia bom peixe novo, pescado fácil: curimatã ou dourado [...]<sup>GSV,250</sup>

No sertão, cabe também a cidade, ainda que pequena: “Urubu? Um lugar, um baiano lugar, com suas ruas e igrejas, antiqüíssimo — para morarem famílias de gente. [...] Aqui é Minas; lá já é a Bahia? Estive nessas vilas, altas cidades...”<sup>GSV,270</sup> Urubu é a vila da “canção de Siruiz”, uma toada tão antiga quanto a povoação e que atravessa toda a narrativa de Riobaldo, reavivando a sua memória afetiva:

Urubu é vila alta,  
mais idosa do sertão:  
padroeira, minha vida —  
vim de lá volto mais não...  
Vim de lá, volto mais não?...

Corro os dias nesses verdes,  
meu boi macho baetão:  
buriti — água azulada,  
carnaúba — sal do chão...

Remanso de rio largo,  
viola da solidão:  
quando vou p’ra dar batalha,  
convido meu coração...”<sup>GSV,101</sup>

Memória dos diversos e extraordinários lugares, paisagens e situações vivenciados por ele, no universo dos seus sertões transatos, do tempo da jagunçagem, e que lhe despertam saudade. Lugares onde se vê “[...] o remôo do vento nas palmas dos buritis todos quando é ameaço de tempestade. Alguém esquece isso? O vento é verde.”<sup>GSV,253</sup> Riobaldo é um homem intrinsecamente ligado ao lugar em que vive, o sertão. Um contumaz apreciador de seus múltiplos lugares e paisagens, de seus antigos costumes, cantigas, superstições, histórias da

tradição oral. Entoadada por um jagunço chamado Siruiz, do bando de Joca Ramiro, a cantiga ouvida por Riobaldo ainda jovem, antes de se tornar jagunço, despertou-lhe forte emoção, relacionada à admiração do modo de vida dos jagunços, passando a desempenhar um significado especial em sua vida:

O que guardo no giro da memória é aquela madrugada dobrada inteira: os cavaleiros no sombrio amontoados, feito bichos e árvores, o refimfim do orvalho, a estrela-d'alva, os grilinhos do campo, o pisar dos cavalos e a canção de Siruiz.<sup>GSV,103</sup>

Recordar a cantiga (a partir da qual passou a fazer versos), ainda durante as suas deambulações, significava, para Riobaldo, reviver as díspares sensações que o denso e, também díspar, universo sertanejo é capaz de despertar em quem o vivencia: o medo e a coragem, o amor e o ódio, a delicadeza e a rispidez, a ternura e a vingança, a fantasia e a “realidade”, a vida e a morte. Um sertão em que “[...] morrer em combate é coisa trivial [...]”<sup>GSV,241</sup>, pois o sertão “[...] é o penal, criminal [...]”<sup>GSV,92</sup> “O grande sertão é a forte arma.”<sup>GSV,300</sup> Sertão de tocaia e de violência, em que homem rasteja feito bicho, por entre as moitas, “o punhal atravessado na boca”<sup>GSV,178</sup>, o peito roçando espinhos, “[...] e vem pular nas costas da gente, relampeando faca.”<sup>GSV,173</sup> Sertão que exige cautela, pois

Qualquer barulho sem tento, que se faz, verte perigo. Pássaro pousado em moita, que se assusta forte a vôo, dá aviso ao inimigo. Pior são os que têm ninho feito, às vezes esvoaçam aos gritos, no mesmo lugar — dão muito aviso. Aí quando é tempo de vaga-lume, esses são mil demais, sobre toda a parte: a gente mal chega, eles vão se esparramando de

acender, na grama em redor é uma esteira de luz de fogo verde que tudo alastra — é o pior aviso.<sup>GSV,178</sup>

Sertão de feios lugares : “[...] fomos para a baixa dos Umbuzeiros, lugar feio, com os gravatás poeirentos e uns levantados de pedra. Partindo desse vau, a gente pega uma chapadinha — a Chapada-da-Seriema-Correndo.”<sup>GSV,218</sup> E também sertão de bonitos lugares, e onde não há perigo ao redor: “Mas tem horas em que me pergunto: se melhor não seja a gente tivesse de sair nunca do sertão. Ali era bonito, sim senhor. Não tinha perigos em vista [...]”<sup>GSV,250</sup>

Sertão de encruzilhadas e escuridão de noites sem estrela, “Talentos de lua escondida”<sup>GSV,369</sup>, “o surro dos ramos”<sup>GSV,370</sup> que suscitam a imaginação e a fantasia, criando deuses e demônios, num sem fim de narrativas orais que povoam, na mesma medida de importância que o homem, o universo do sertanejo: “O diabo na rua no meio do redemunho”. Subtítulo do livro e espécie de refrão que atravessa toda a narrativa, todo o *Grande Sertão*, condensando, na imagem do demo, toda a sorte de criaturas sobrenaturais que povoam o sertão. Sertão também da pobreza e da miséria de homens “Quase que cada um era escuro de tanto comer só polpa de buriti [...]”<sup>GSV,337</sup> e

Que viviam tapados de Deus, assim nos ocos [...] Mas por ali deviam ter suas casas e suas mulheres, seus meninos pequenos. Cafuas levantadas nas burgúias, em dobras de serra ou no chão das baixadas, beira de brejo; às vezes formando mesmo arruados. Aí plantavam suas rocinhas, às vezes não tinham gordura nem sal [...] Como era que podiam parecer homens de exata valentia? Eles mesmos faziam preparo de pólvora de que tinham uso, ralado salitre das lapas, manipulando em panelas. Que era uma pólvora preta, fedorenta, que estrondava com espalhafato,

enchendo os lugares de fumaceira. E às vezes essa pólvora bruta fazia as armas rebentarem, queimando e matando o atirador. Como era que eles podiam brigar? Conforme podiam viver?<sup>GSV,338</sup>

Sertão da aprazível “música” dos cavalos que andavam “ao assaz”<sup>GSV,217</sup>,  
levantando poeira e exalando os cheiros do sertão:

De repente, de certa distância, enchia espaço aquela massa forte, antes de poder ver eu já pressentia. Um estado de cavalos. Os cavaleiros. Nenhum não tinha desapeado. E deviam ser perto duns cem. Respirei: a gente sorvia o bafejo — o cheiro de crinas e rabos sacudidos, o pêlo deles, de suor velho, semeado das poeiras do sertão.<sup>GSV,99</sup>

Um sertão rico “em instância de pássaros”<sup>GSV, 122</sup>:

O comum: essas garças, enfileirantes, de toda brancura; o jaburu; o pato-verde, o pato-preto, topetudo; marrequinhos dançantes martim-pescador; mergulhão; e até uns urubus [...] Mas, melhor de todos — conforme o Reinaldo disse — o que é o passarim mais bonito e engraçadinho de rio-abaixo e rio-acima: o que se chama o manuelzinho-da-croa [...] sempre em casal indo por cima da areia lisa, eles altas perninhas vermelhas, esteiadas muito atrás, traseiras, desempinadinhos, peitudos, escrupulosos catando suas coisinhas para comer alimentação. Machozinho e fêmea — às vezes davam beijos de biquimquim — a galinholagem deles. — “É preciso olhar para esses com todo carinho...” — o Reinaldo disse.<sup>GSV,122</sup>

Sertão de “viajores” e tropeiros, levando mantimentos, como sal, café, bacalhau, cachaça, mantas de carne de sol, farinha, toucinho e bom fumo de corda, no “geme-geme das cangalhas.”<sup>GSV,101</sup> Vaqueiros conduzindo boiada. Sertão do

bom som da famosa viola de Queluz<sup>30</sup>: “Queria ouvir uma bela viola de Queluz, e o sapateado de pés dançando.”<sup>GSV,463</sup> Sertão das casas de fazenda “[...] do batido do monjolo dia e noite, da cozinha grande com fornalha acesa, dos cômodos sombrios da casa, dos currais de adiante, da varanda de ver nuvens.”<sup>GSV,151</sup> Dos povoados dos negros “[...] que ainda sabem cantar gabos em sua língua da Costa.”<sup>GSV,23</sup> Das vendinhas onde se encontra licor de banana e de pequi. No batente da porta, quase sempre se pode ver uma velha trançando peneiras e pitando cachimbo<sup>GSV,204</sup>, “picando ou dedilhando fumo no covo da mão, com muita demora.”<sup>GSV,141</sup> Sertão de homens lentos, “Em tudo, eles gostam de alguma demora.”<sup>GSV,227</sup> Isolado, ermo, “O sertão nunca dá notícia.”<sup>GSV,267</sup> Não importa de que tempo seja o sertão. “O sertão é uma espera enorme.”<sup>GSV,509</sup>

É por reunir tantas espacialidades, lugares, paisagens e significações distintas que se pode dizer que “O sertão é do tamanho do mundo.”<sup>GSV,60</sup> Pode-se compreender o sertão como um *lugar*, tal como vimos no capítulo anterior. Um grande lugar, um lugar complexo, de dimensões regionais, que, à maneira das metrópoles, é feito de vários lugares. Um lugar descontínuo, além de migrante, que não se localiza em um único ponto, mas em toda parte, por isso “O sertão é sem lugar”<sup>GSV,310</sup>. Sem lugar, também, por ser feito de vários lugares. É a sua natureza diversa, múltipla, ambígua, heterogênea, híbrida e paradoxal, presente em toda parte, que lhe confere a condição de lugar. Um lugar único — o sertão —,

---

<sup>30</sup> Atual Conselheiro Lafaiete (MG), famosa, desde o século XVIII, pela produção de violas (GOULART, 1961).

mas que, por reunir uma diversidade de lugares, paisagens, espacialidades e significações, condensa a imagem do mundo, repleta de contrastes, ambigüidades, paradoxos: “E nisto, que conto ao senhor, se vê o sertão do mundo.”<sup>GSV,300</sup>



### 3.1.2. infinito dentro da gente

Se o sertão é o mundo, um lugar-mundo, sua localização pouco importa. O que importa é a “matéria vertente”, ou seja, a sua condição de existência, sua *condição ontológica* que é a própria condição humana: “E estou contando não é uma vida de sertanejo, seja se for jagunço, mas a matéria vertente. Queria entender do medo e da coragem, e da gã que empurra a gente para fazer tantos atos, dar corpo ao suceder.”<sup>GSV,83</sup>

Como o rio, o sertão se movimenta, escoar, escorre. “É, toda a vida, de longe a longe, rolando essas braças águas de outra parte, de outra parte, de fugidia, no sertão.”<sup>GSV,376-377</sup> Como o sertão, “O rio não quer ir a nenhuma parte, ele quer é chegar a ser mais grosso, mais fundo.”<sup>GSV,383</sup>

Sertão, deserto-rio, mar de territórios: lei e ausência de lei, ordem e desordem, liberdade e aprisionamento, trama e urdidura que compõem o denso e complexo tecido. As dificuldades de compreensão da *ontologia do sertão*, com suas ambigüidades, ambivalências, contradições, paradoxos e aporias são do mesmo caráter das que se referem à condição humana: “Sertão: é dentro da gente.”<sup>GSV,270</sup> É o interior de cada um, o interior da humanidade. Não se pode localizar precisamente o sertão, assim como não se pode elucidar a natureza dos subterrâneos da humanidade, da distância e da proximidade entre os homens, de seus desejos e de suas ações: “O senhor enche uma caderneta... O senhor vê aonde é o sertão? Beira dele, meio dele? ... Tudo sai é mesmo de escuros buracos, tirante o que vem do Céu.”<sup>GSV,527</sup>

Sertão é o que não se apreende por objetividades e exatidões, é o subjetivo, o inexato, o cambiante, aquilo que não se sabe ao certo. O infindável, o interminável, o perigoso, o desconhecido, não apenas em extensões territoriais de caráter físico, háptico, mas também em extensões territoriais de caráter atópico e utópico: é o eterno devir, aquilo que está continuamente em construção, o território da vida, da existência: “Viver — não é? — muito perigoso. Porque ainda não se sabe. Porque aprender-a-viver é que é o viver, mesmo.”<sup>GSV,517-518</sup> Sertão é o ∞ <sup>GSV,538</sup>. Infinito: “o mais importante e bonito, do mundo, é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas — mas que elas vão sempre mudando.”<sup>GSV,15</sup>

Não se pode saber o que não tem fim, o que está, permanentemente, em construção. Não se sabe o infinito, o interminável do viver, da existência, não se sabe o infinito do sertão: “Sei o grande sertão? Sertão: quem sabe dele é urubu, gavião, gaivota, esses pássaros: eles estão sempre no alto, apalpando ares com pendurado pé, com o olhar remedindo a alegria e as misérias todas...”<sup>GSV,508</sup>

Sertão é fronteira, espaço de abertura, passagem, transição, universo em que tudo cabe. Lugar da travessia do diverso, da mestiçagem, da mistura: nem Deus, nem Diabo, ambos: “homem humano”<sup>GSV,538</sup>, em sua infinita e enigmática travessia, a da existência. “As coisas assim a gente mesmo não pega nem abarca. Cabem é no brilho da noite.”<sup>GSV,372</sup> Não se localiza o sertão, não se mapeia, não se apreende ao exato, preciso. Antes, se divulga. “Absolutas estrelas!”<sup>GSV,372</sup> “No que narrei, o senhor talvez até ache mais do que eu, a minha verdade.”<sup>GSV,531</sup>



## NO MEIO DO REDEMUNHO





“A gente tem de sair do sertão! Mas só se sai do sertão é tomando conta dele a dentro...” (ROSA, 1986, p. 243). Ficamos, então, no meio do redemunho-sertão, vento que vem rodopiando, abarcando tantos espaços, paisagens, lugares, territórios, regiões. Onde verte, viaja não apenas o demo, mas toda a sorte de criaturas sobrenaturais ou não. Onde cabe o mundo. De um espaço assim, movente e infinito que se afunila para dentro da gente, como compor um mapa? Como compor um mapa dos lugares? Como compor um mapa da vida?

Rebulir com o sertão, como dono? Mas o sertão era para, aos poucos e poucos, se ir obedecendo a ele; não era para à força se compor. Todos que malmontam no sertão só alcançam de reger em rédea por uns trechos; que sorrateiro o sertão vai virando tigre debaixo da sela. Eu sabia. Eu via. Eu disse: nãozão! Me desinduzi. (ROSA, 1986, p. 329).

Como disse Antonio Candido, “Na extraordinária obra-prima *Grande Sertão: Veredas* há de tudo para quem souber ler, e nela tudo é forte, belo, impecavelmente realizado. Cada um poderá abordá-la a seu gosto, conforme o seu ofício.” (CANDIDO, 1978, p. 119). Dentre as infinitas possibilidades de temas a serem abordados, na obra, este estudo ocupou-se de um tema, presente já no título

do romance, o sertão. O sertão, lugar, tal como geógrafos como Milton Santos, por exemplo, trabalham o conceito.

Para abordar as imagens do sertão no romance *Grande Sertão: Veredas*, partiu-se da reflexão sobre as relações entre arte e ciência e, mais especificamente, entre literatura e geografia, apostando num discurso, em que ciência e arte se atravessam pela palavra, pela imagem, pelo estatuto de representação, potencializado pela metáfora e compartilhado por ambas, ciência e arte. Aposta-se, assim, numa ciência que pretende se reinventar, para que seja saber, a partir da assunção do simbólico, da subjetividade, do imaginário, presentes em qualquer tipo de discurso. Uma ciência que se reinventa, também, a partir do diálogo, viabilizado pela tradução, entre os mais diversos saberes: populares, artísticos, provenientes de comunidades rurais, povos indígenas, africanos etc.

O tema da sabedoria popular, em contraste com a “erudita”, das academias, também está presente em *Grande Sertão: Veredas*, assumindo, a primeira, estatuto de referência para a segunda. É o sertanejo, jagunço, conhecedor das letras, mas sem “carta de doutor”, quem concede entrevista ao senhor citadino e “instruído”, o doutor, que, cuidadosamente, vai registrando, em sua caderneta, toda a sabedoria de Riobaldo. Sabedoria popular, sobre o sertão, o mundo, a vida: “Sou um homem ignorante. Gosto de ser. Não é só no escuro que a gente percebe a luzinha dividida?” (ROSA, 1986, p. 270). Guimarães Rosa era um grande apreciador, ouvinte e incansável amanuense da sabedoria popular. O poeta mato-

grossense Manoel de Barros, outro apreciador das sábias “ignorâncias”<sup>31</sup> populares (pura poesia em estado de oralidade), ao receber o escritor mineiro, em 1952, em Porto Esperança (MS), para uma viagem que os conduziria ao Pantanal, relata:

Por impulso de admiração peguei em Porto Esperança o vapor Fernandes Vieira que levaria o escritor Guimarães Rosa até Corumbá, pelo rio Paraguai. Era de noite entre árvores. Águas paradas no escuro. Calor e mosquitos levaram os passageiros para os camarotes. Manhãzinha, outro dia, um vento macio e alvo soprava. Rosa saía cedo do camarote. Estava sentado no tombadilho tomando fresca. Do bolso da paisagem borboletas queriam escapar. Rosa abriu a paisagem e as borboletas saíram. O corpo do vapor quase tocava nas árvores do barranco. Andava essa lancha que nem um cágado travado. Dava pra ver rancho amanhecendo. Talvez uma chácara amanhecendo. Dava pra ver um curral de bezerros, um homem e um menino pardos. Eu fabricava coragem para puxar uma prosa com aquele João. Nessa hora as mariposas relavam na água as bundas. Uma anhuma rasou por cima de nós, tocando fagote. Eu disse para o Rosa ouvir: O canto desse pássaro diminui a manhã. Rosa pôs tento. Ele tinha uma sede anormal por frases com ave. Me olhou sentado na frase e se riu para mim. Gostou que eu estava fraseando no vento. Quer dizer que esse anhuma diminui a manhã? — ele perguntou. Eu disse: um homem que não tem ensino me ensinou. Ele não tem informação das coisas, mas adivinha. Rosa disse: Quem acumula muita informação pode perder o Dom de adivinhar. São as obscuridades coerentes do povo. Vai daí começamos a prosear lourenço. (BARROS, 1995, p. 11).

Perder o dom de adivinhar, um dos riscos que corre a ciência que insiste em permanecer sob as referências da modernidade. A que serve a informação acumulada e aprisionada em disciplinas e em saberes que não se comunicam? A informação ainda não é o conhecimento, o saber. Para que seja saber, a informação precisa de movimento, diálogo, comunicação, tradução. Uma ciência que pretende se reinventar, para que seja saber, pressupõe a escuta e a reintegração das vozes

---

<sup>31</sup> Toda a obra do poeta valoriza a sabedoria popular. No *livro das ignorâncias* o tema já está presente no título.

silenciadas pela ciência moderna: as vozes dos saberes populares, dos mais diversos povos, do senso comum, das artes. Escuta e reintegração que promovem o encontro, o diálogo, a comunicação. Para Boaventura de Sousa Santos,

Toda ignorância é ignorante de um certo saber e todo saber é a superação de uma ignorância particular [...] Deste princípio de incompletude de todos os saberes decorre a possibilidade de diálogo e de disputa epistemológica entre os diferentes saberes. O que cada saber contribui para esse diálogo é o modo como orienta uma dada prática na superação de uma certa ignorância. O confronto e o diálogo entre os saberes é um confronto e um diálogo entre diferentes processos através dos quais práticas diferentemente ignorantes se transformam em práticas diferentemente sábias [...] (SANTOS, 2004 b, p. 790-791).

Ainda sobre o inesquecível encontro com Guimarães Rosa, Manoel de Barros fez os seguintes versos:

Levei o Rosa na beira dos pássaros que fica no  
meio da Ilha Lingüística.  
Rosa gostava muito de frases em que entrassem  
pássaros.  
E fez uma na hora:  
A tarde está verde no olho das garças.  
E completou com Job:  
Sabedoria se tira das coisas que não existem.  
A tarde verde no olho das garças não existia  
mas era fonte do ser.  
Era poesia.  
Era néctar do ser.  
Rosa gostava muito do corpo fônico das palavras.  
Veja a palavra bunda, Manoel  
Ela tem um bonito corpo fônico além do  
propriamente.  
Apresentei-lhe a palavra gravanha.  
Por instinto lingüístico achou que gravanha seria  
um lugar entrançado de espinhos e bem  
emprenhado de filhotes de gravatá por baixo.  
E era. (BARROS, 2002, p. 33).

A poesia, néctar, fonte do ser: o que falta à ciência para que seja, de fato, *ciência*, conhecimento, saber. Ficamos no meio do redemunho, onde tudo verte e reverte, se mistura. Travessia infinita. Nem margem direita, nem esquerda, mas terceira margem, lugar-mundo: ciência e arte: sertão.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS





AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 8, n. 15, p. 145-151, 1995.

ARRUDA, Gilmar. *Cidades e sertões: entre a história e a memória*. Bauru: EDUSC, 2000.

AUMONT, Jacques. *A imagem*. Campinas: Papirus, 1993.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais*. 2. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995.

BARROS, Manoel de. *Retrato do artista quando coisa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

BARROS, Manoel de. *Revista Cultural, Paraguay*, ano 1, n.1, [s.p.], abr./maio, 1995.

BARROSO, Gustavo. *Vida e morte da palavra sertão*. Salvador: Núcleo Sertão-UFBA, 1983.

BARTHES, Roland. Oral/escrito. In: *Enciclopédia Einaudi*. v. 11. Porto: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1987. p. 32-57.

BENJAMIN, Walter. *A tarefa-renúncia do tradutor*. Florianópolis: UFSC, 2001.

BERQUE, Augustin. *Les raisons du paysage*. Paris: Hasan, 1995.

BOLLE, Willi. *grandesertão.br: o romance de formação do Brasil*. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 2004.

CALVINO, Italo. *Seis propostas para o próximo milênio*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CAMPOS, Haroldo de. *Da transcrição: poética e semiótica da operação tradutora*. In: OLIVEIRA, Ana Cláudia; SANTAELLA, Lúcia (Org.). *Semiótica da literatura*. São Paulo: EDUC, 1987. p. 53-74. (Série Cadernos PUC).

CAMPOS, Haroldo de. Transluciferação mefistofáustica. In: CAMPOS, Haroldo de. *Deus e o diabo no Fausto de Goethe*. São Paulo: Perspectiva, 1980. p. 179-209.

- CANDIDO, Antonio. *Tese e antítese*. 3. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1978.
- CAPEL, Horacio. *Filosofia y ciencia en la geografía contemporánea: una introducción a la geografía*. 3. ed. Barcelona: Barcanova, 1988.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- CLAVAL, Paul. *A geografia cultural*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999.
- CORTESÃO, Jaime. *Carta de Pero Vaz de Caminha a El-Rei D. Manuel sobre o achamento do Brasil*. (Estudo paleográfico e transcrição). São Paulo: Martin Claret, 2005.
- FANTINI, Marli. *Guimarães Rosa: fronteiras, margens, passagens*. Cotia: Ateliê Editorial; São Paulo: Ed. Senac São Paulo, 2003.
- FEYERABEND, Paul. *Contra o método*. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.
- GALVÃO, Walnice Nogueira. *O império do Belo Monte: vida e morte de Canudos*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.
- GENETTE, Gérard. *Palimpsestos: a literatura de segunda mão*. Belo Horizonte: FAE/UFMG, 2005.
- GOMES, Edvânia Torres Aguiar. Natureza e cultura: representações na paisagem. In: ROSENDAHL, Zeni; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). *Paisagem, imaginário e espaço*. Rio de Janeiro: UERJ, 2001. p. 49-70.
- GOULART, José Alípio. *Tropas e tropeiros na formação do Brasil*. Rio de Janeiro: Conquista, 1961.
- GRAFEMA. In: HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. p. 1.472.
- 80
- GUATTARI, Félix. Fundamentos ético-políticos da interdisciplinaridade. *Revista Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro. v. 108, n. 5/8., p. 19-26, jan./mar. 1992.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. *A mobilidade das fronteiras: inserções da geografia na crise da modernidade*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. Ambiente e vida na cidade. In: BRANDÃO, Carlos Antônio Leite (Org.). *As cidades da cidade*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006. p. 81-92.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. Categorias geográficas: reflexões sobre a sua natureza. *Cadernos de Geografia*, Belo Horizonte, v. 10, p. 28-33, 2001.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. Sobre pensamentos de Paul Vidal de la Blache: reflexões sob a referência do presente. *Geografia*, Rio Claro, v. 30, n. 1., p. 5-20, jan./abr. 2005.

HISSA, Cássio Eduardo Viana; GERARDI, Lúcia Helena de Oliveira. Imagens da geografia contemporânea: modernidade, caos e integração dos saberes. In: GERARDI, Lúcia Helena de Oliveira; MENDES, Iandara Alves (Org.). *Teoria, técnicas, espaços e atividade: temas de geografia contemporânea*. Rio Claro: Ed. UNESP, 2001. p. 7-20.

HISSA, Cássio Eduardo Viana; GUERRA, Luciana Cristina de Oliveira. Espaço e modernidade: reconstruindo identidades urbanas. *Caderno de Geografia*, Belo Horizonte, v. 12, n. 19., p. 63-73, 2º sem. 2002.

HISSA, Cássio Eduardo Viana; MELO, Adriana Ferreira de. O lugar e a cidade no mundo contemporâneo. *Maestria: Revista da Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras de Sete Lagoas*, Sete Lagoas, n. 2., p. 25-40, jan./dez. 2004.

LA BLACHE, Paulo Vidal de. As características próprias da geografia. In: CHRISTOFOLETTI, Antônio (Org.). *Perspectivas da geografia*. São Paulo: Difel, 1980. p. 37-47.

LEFEBVRE, Henri. *Lógica formal, lógica dialética*. 5. ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1991.

MARTINS, Nilce Sant'Anna. *O léxico de Guimarães Rosa*. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2001.

MELO, Vera Mayrinck. Paisagem e simbolismo. In: ROSENDAHL, Zeni; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). *Paisagem, imaginário e espaço*. Rio de Janeiro: UERJ, 2001. p. 29-48.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da percepção*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *O olho e o espírito*. Rio de Janeiro: Grifo Edições, 1969.

MORIN, Edgar. *A cabeça bem feita: repensar a reforma, repensar o pensamento*. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003 b.

MORIN, Edgar. A necessidade de um pensamento complexo. In: MENDES, Candido (Org.); LARRETA, Enrique (Ed.). *Representação e complexidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003 a. p. 69-78.

MORIN, Edgar. *Ciência com consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

NUNES, Duarte. *Ortografia da língua portuguesa*. Lisboa: [s.n.] 1784.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Americanos: representações da identidade nacional no Brasil e nos Estados Unidos*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

PAZ, Octavio. Traducción: literatura y literalidad. In: PAZ, Octavio. *Traducción: literatura y literalidad*. 3. ed. Barcelona: Tusquets Editores, 1990. p. 9-27.

PEIXOTO, Nelson Brissac. "Passion": itinerário de uma anunciação. In: NOVAES, Aduino (Org.). *Artepensamento*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 375-388.

PESSOA, Fernando. *O eu profundo e os outros eus: seleção poética*. 22. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

RIBEIRO, Luis Felipe. O fetiche e outros ensaios. *Cadernos Avulsos da Biblioteca do Professor do Colégio Pedro II*, Rio de Janeiro, n.16., 1990, *apud* BASTOS, Ana Regina Vasconcelos Ribeiro. Espaço e literatura: algumas reflexões teóricas. *Espaço e Cultura*, Rio de Janeiro, n. 5., p. 55-66, jan./jun. 1998.

RISÉRIO, Antonio. Transcriando orikis. In: RISÉRIO, Antonio. *Oiriki, Orixá*. São Paulo: Perspectiva, 1996. p. 79-108.

ROCHA, Mara Moreira. Geografia, formação e mercado de trabalho. Caderno de Geografia, Belo Horizonte, v. 7, n. 9., jul. 1997, *apud* HISSA, Cássio Eduardo Viana. *A mobilidade das fronteiras: inserções da geografia na crise da modernidade*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

ROSA, Guimarães João. *Grande sertão: veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

ROSA, Guimarães. Pequena palavra. In: RÓNAI, Paulo. *Antologia do conto húngaro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957. p. 11-28.

SANTAELLA, Lucia; NÖTH, Winfried. *Imagem: cognição, semiótica, mídia*. 3. ed. São Paulo: Iluminuras, 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *A globalização e as ciências sociais*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos caminhos rivais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005 b.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, 2005 a.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade*. São Paulo: Cortez, 2004 a.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências "revisitado"*. São Paulo: Cortez, 2004 b. p. 777-821.

SANTOS, Diana Maria dos. *Olhar impossível: a visibilidade literária em O cavaleiro inexistente e As cosmicômicas*, de Italo Calvino. 2002. 131 f. Dissertação (Mestrado em Teoria da Literatura) — Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2002 a.

SANTOS, Milton. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado*. 5. ed. São Paulo: HUCITEC, 1997.

SANTOS, Milton. *Pensando o espaço do homem*. 5. ed. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2004.

SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. São Paulo: Edusp, 2002 b.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SANTOS, Milton. *Território e sociedade: entrevista com Milton Santos*. 2. ed. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2001.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de lingüística geral*. 16. ed. São Paulo: Cultrix, 1990.

STARLING, Heloisa Maria Murgel. *Lembranças do Brasil: teoria política, história e ficção em Grande sertão: veredas*. 1997. 222 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) — Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

TELES, Gilberto Mendonça. O lugar do sertão na poesia brasileira. In: LEROY, Silvia Menezes. *Sertão: réalité, mythe, fiction*. Rennes: [s.n.], 1991. [s.p.].

UTÉZA, Francis. *Metafísica do grande sertão*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1994.

VIGGIANO, Alan. *Itinerário de Riobaldo Tatarana*. Belo Horizonte: Comunicação; Brasília: INL, 1974.





## ÍNDICE DE AUTORES

AMADO, Janaína, 16, 79, 80, 86

ARRUDA, Gilmar, 12, 81, 82

AUMONT, Jacques, 26

BARBOSA, Waldemar de Almeida, 90

BARROS, Manoel de, 118, 119

BARROSO, Gustavo, 86, 87

BARTHES, Roland, 10, 24

BENJAMIN, Walter, 41

BERQUE, Augustin, 16

BOLLE, Willi, 89, 90, 99

CALVINO, Italo, 26, 27

CAMPOS, Haroldo de, 41

CANDIDO, Antonio, 116

CAPEL, Horacio, 54

CARLOS, Ana Fani Alessandri, 65, 66

CLAVAL, Paul, 28

CORTESÃO, Jaime, 86

FANTINI, Marli, 94

FEYERABEND, Paul, 19

GALVÃO, Walnice Nogueira, 86, 87

GENETTE, Gerard, 17, 49

GERARDI, Lúcia Helena de Oliveira, 33

GOMES, Edvânia Torres Aguiar, 15

GOULART, José Alípio, 111

GUATTARI, Félix, 13

GUERRA, Luciana Cristina de Oliveira, 12

HARVEY, David, 62, 74

HISSA, Cássio Eduardo Viana, 14, 21, 22, 32, 33, 36, 37, 46, 47, 48, 55, 56, 66, 72

LA BLACHE, Paul Vidal de, 55

LEFEBVRE, Henri, 21

MARTINS, Nilce Sant'Anna, 91

MELO, Adriana Ferreira de, 14, 66

MELO, Vera Mayrinck, 54

MERLEAU-PONTY, Maurice, 26, 60

MORIN, Edgar, 13, 31, 33, 38

NÖTH, Winfried, 24, 25

NUNES, Duarte, 86

OLIVEIRA, Lúcia Lippi, 83

PAZ, Octavio, 39, 40, 41, 42, 44

PEIXOTO, Nelson Brissac, 64

PESSOA, Fernando, 59, 60

RIBEIRO, Luis Felipe, 28

RISÉRIO, Antonio, 43

ROCHA, Mara Moreira, 32

ROSA, João Guimarães, 12, 13, 15, 22, 42, 44, 47, 48, 83, 84, 88-114, 116-119

SANTAELLA, Lúcia, 24, 25

SANTOS, Boaventura de Sousa, 13, 22, 34, 35, 38, 39, 45, 56, 67, 75, 119

SANTOS, Diana Maria dos, 27

SANTOS, Milton, 17, 31, 55, 56, 57, 59, 61, 62, 64, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 76, 77, 117

SAUSSURE, Ferdinand de, 25

STARLING, Heloisa Maria Murgel, 96

TELLES, Gilberto Mendonça, 86

UTÉZA, Francis, 93

VIGGIANO, Alan, 89

